



CÂMARA DOS DEPUTADOS

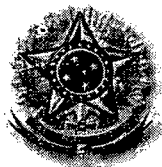
REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO

Nº 3575, de 2018

**Da COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA
E CONTROLE**

ao

MINISTÉRIO DA FAZENDA



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º 3575 DE 2018
(Da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle)

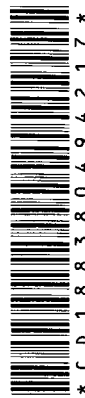
Requer informações ao Ministro de Estado da Fazenda sobre estatísticas do estoque de títulos públicos federais e sobre a utilização de títulos da dívida pública nas Operações Compromissadas.

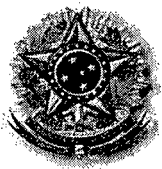
Senhor Presidente,

Solicito a Vossa Excelência, com fundamento no art. 50 da Constituição Federal e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno desta Casa, ouvida a Mesa, seja encaminhado ao Ministro de Estado da Fazenda pedido de informações conforme segue:

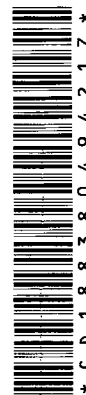
Com o intuito de esclarecer os parlamentares desta Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, solicitamos sejam detalhada e exaustivamente especificadas as questões que seguem:

- 1) Segundo informações do SIAFI, o orçamento federal previsto para 2017 foi de 3,415 trilhões de reais, mas somente 2,483 trilhões foi efetivamente executado. A diferença desse montante, que chega a um total de 932 bilhões, é desconhecida. Que destinação foi dada a esse recurso previsto e não executado?
- 2) Solicito o envio, a esta CFFC, do estudo de impacto orçamentário e financeiro do PL 9.248/2017, conforme exigência legal prevista no artigo 16 da LRF, art. 117 da LDO 2017 e o art. 112 da LDO 2018.
- 3) Quais são os nomes de todas as pessoas físicas e jurídicas detentoras dos títulos da dívida interna pública federal (DPMFi), inclusive a parcela de títulos detidos pelo Banco Central? Solicita-se, discriminar por categoria de credor (conforme detalhado abaixo), o valor dos títulos detidos por cada pessoa física ou jurídica, discriminando-se os detentores nacionais e estrangeiros de cada uma das categorias abaixo:
 - a. Bancos
 - b. Fundos de Investimento
 - c. Fundos de Pensão ou Entidades de Previdência (Fechada e Aberta)
 - d. Outras instituições Financeiras
 - e. Pessoas Jurídicas Não Financeiras
 - f. Pessoas Físicas
 - g. Pessoas Físicas ou Jurídicas não residentes no Brasil





- h. Outros credores
- 4) Quem são as pessoas físicas e jurídicas credoras finais da dívida interna pública federal em títulos (DPMFi), assim constituídas mediante fundos de investimento, operações compromissadas nos mercados primário e secundário, além de outras aplicações bancárias? Solicita-se discriminar por categoria de credor (conforme detalhado abaixo), o valor dos títulos detidos por cada pessoa física ou jurídica, discriminando-se os detentores nacionais e estrangeiros de cada uma das categorias abaixo:
- a. Bancos
 - b. Fundos de Investimento
 - c. Fundos de Pensão ou Entidades de Previdência (Fechada e Aberta)
 - d. Outras instituições Financeiras
 - e. Pessoas Jurídicas Não Financeiras
 - f. Pessoas Físicas
 - g. Pessoas Físicas ou Jurídicas não residentes no Brasil
 - h. Outros credores.
- 5) Qual o valor da parcela da Dívida Pública Mobiliária Federal (DPMFi) detida por Entidades Fechadas de Previdência?
- 6) Por que razão as tabelas contendo dados estatísticos do estoque do montante de Títulos Públicos Federais (DFMFi, separando-se o montante de títulos sob responsabilidade do Banco Central e fora do BC, discriminados por tipo de título), e do estoque das Operações Compromissadas (e respectivos prazos) foram suprimidas da página do Banco Central na internet, conforme exemplos a seguir, informando adicionalmente quando a publicação das mesmas, no mesmo formato, será restabelecido:





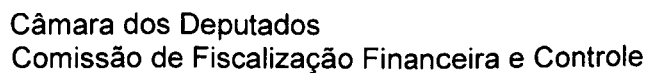
Câmara dos Deputados
Comissão de Fiscalização Financeira e Controle

(1) Estoque de Títulos Públicos Federais:

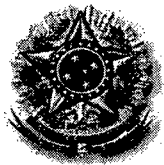
Quadro XXXVI – Títulos públicos federais														R\$ milhões	
Ano de período	Responsabilidade										Total fora do Bacen		% do PIB		
	Tesouro Nacional										Bacen				
	Títulos emitidos	Carteira do Bacen	Fora do Bacen							NDCE NDCF	NDCA				
			LTN	LFT	NTN	Débito securit.	CFJ/ CTN	TDA	BTN			Total			
2002	Dez	638 786	282 730	13 588	372 584	127 389	21 987	19 214	2 065	100	558 086	67 125	625 191	41,8	
2003	Dez	978 104	278 935	21 055	443 180	129 721	19 680	16 230	2 052	74	701 198	30 650	731 858	42,6	
2004	Dez	1 089 535	302 855	158 880	457 757	133 700	25 440	17 343	2 411	62	798 680	13 584	812 264	41,4	
2005	Dez	1 252 510	278 663	263 436	504 653	187 378	18 085	15 788	3 448	48	972 847	9 615	978 682	45,1	
2006	Dez	1 360 694	287 188	346 884	412 034	298 586	19 095	14 532	4 213	38	1 093 495	-	1 093 495	45,9	
2007	Dez	1 583 871	558 001	325 149	408 824	451 132	20 777	13 803	1 658	27	1 224 871	-	1 224 871	45,0	
2008	Dez	1 758 134	494 311	258 143	453 131	538 380	15 090	14 306	1 743	30	1 284 823	-	1 284 823	40,7	
2009	Dez	2 098 231	637 815	247 270	500 224	621 478	12 058	12 851	1 518	18	1 388 415	-	1 388 415	42,8	
2010	Dez	2 307 143	703 233	358 731	521 705	701 128	9 087	13 141	1 125	13	1 603 940	-	1 603 940	41,3	
2011	Dez	2 534 895	751 837	402 376	548 884	805 849	9 719	12 435	1 008	10	1 783 051	-	1 783 051	40,7	
2012	Dez	2 823 538	908 627	562 930	424 948	915 327	8 218	12 325	3 456	5	1 918 709	-	1 918 709	38,8	
2013	Dez	2 988 224	958 098	645 145	365 085	962 540	7 642	14 585	3 140	0	2 028 126	-	2 028 126	38,0	
2014	Dez	3 361 051	1 117 460	688 033	418 567	1 052 637	7 034	16 437	2 862	0	2 183 611	-	2 183 611	37,8	
2015	Dez	3 836 681	1 288 515	764 478	626 192	1 229 820	7 683	18 718	2 472	0	2 650 165	-	2 650 165	44,2	
2016	Jan	3 873 237	1 268 257	687 665	671 484	1 297 684	7 582	20 087	2 459	0	2 608 960	-	2 608 960	43,4	
	Fev	3 952 663	1 274 461	688 686	687 630	1 251 812	7 545	20 333	2 438	0	2 678 222	-	2 678 222	44,4	
	Mar	4 042 656	1 289 353	728 076	708 639	1 284 507	7 513	20 365	2 403	0	2 753 503	-	2 753 503	45,9	
	Abr	3 987 754	1 287 563	614 359	722 615	1 302 295	7 489	21 050	2 404	0	2 670 191	-	2 670 191	44,1	
	Mai	4 048 890	1 304 523	655 956	734 129	1 322 006	7 491	22 249	2 398	0	2 744 167	-	2 744 167	45,1	
	Jun	4 157 400	1 318 526	702 894	748 106	1 350 118	11 459	22 862	2 336	0	2 837 672	-	2 837 672	46,4	
	Jul	4 151 058	1 318 905	670 381	762 792	1 385 343	8 548	22 774	2 317	0	2 632 153	-	2 632 153	46,1	
	Ago	4 129 135	1 298 864	708 186	765 545	1 301 825	8 501	22 829	2 265	0	2 630 171	-	2 630 171	45,8	
	Sep	4 258 883	1 337 880	761 684	787 954	1 327 649	8 453	22 886	2 248	0	2 820 863	-	2 820 863	47,2	
	Out	4 255 200	1 345 915	683 171	827 840	1 355 016	8 402	22 817	2 238	0	2 909 285	-	2 909 285	46,9	
	Nov	4 312 216	1 350 795	712 370	848 498	1 386 017	8 408	22 875	2 205	0	2 981 422	-	2 981 422	47,9	
	Dez	4 508 262	1 522 648	718 198	868 480	1 384 305	8 381	24 823	2 218	0	2 688 415	-	2 688 415	47,7	
2017	Jan	4 510 676	1 572 321	687 888	665 301	1 388 185	8 115	25 842	2 214	0	2 898 555	-	2 898 555	46,8	
	Fev	4 616 502	1 585 761	740 889	820 837	1 322 872	7 885	25 786	2 181	0	3 020 741	-	3 020 741	47,7	
	Mar	4 726 683	1 612 643	787 810	837 205	1 352 423	6 784	26 665	2 156	0	3 113 843	-	3 113 843	48,8	
	Abr	4 749 125	1 625 886	750 640	882 763	1 374 430	6 118	25 440	2 135	0	3 123 227	-	3 123 227	49,1	
	Mai	4 728 247	1 688 083	778 155	888 871	1 335 305	6 057	24 587	2 100	0	3 130 154	-	3 130 154	48,0	
	Jun	4 635 376	1 681 722	812 459	1 025 636	1 380 747	7 804	24 731	2 088	0	3 233 654	-	3 233 654	50,6	
	Jul	4 781 811	1 688 642	788 886	1 054 259	1 348 935	7 883	24 089	2 058	0	3 224 989	-	3 224 989	50,4	



* C D 1 8 8 3 8 0 4 9 4 2 1 7 *

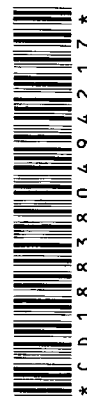


* C D 1 8 8 3 8 0 4 9 4 2 1 7 *



Câmara dos Deputados
Comissão de Fiscalização Financeira e Controle

- 7) Qual a composição detalhada, por fonte de recurso, e por tipo de fonte (primária e não-primária) do estoque de recursos disponíveis na Conta Única do Tesouro, mantida pelo Banco Central:
 - a) no último dia (31/12) de cada ano, nos últimos 5 (cinco) anos, ou seja entre 2013 e 2017;
 - b) disponíveis na data de resposta deste Requerimento de Informações;
- 8) Apresentar demonstrativo de ingressos e saídas de recursos da referida conta, agrupando-se os recursos por grupos de receitas (por tipo) e despesas (por função), nos últimos 5 (cinco) anos, de 2013 a 2017.
- 9) Qual o montante total dos juros nominais pagos em cada ano, nos últimos 5 (cinco) anos, de 2013 a 2017, considerando-se a totalidade de títulos emitidos, inclusive os que se encontram em poder do BC?
- 10) Qual o valor anual das parcelas referentes ao valor dos "Juros e Encargos da Dívida" (como tem sido informado no SIAFI) e a o valor da parcela referente à atualização monetária da dívida (contabilizada como "Amortização"), de 2013 a 2017?
- 11) Qual a fórmula (expressão matemática do cálculo da atualização monetária) e os valores utilizados para o cálculo da atualização monetária, ou seja, qual foi o estoque da dívida considerado e qual foi o índice de atualização (em percentual), de 2013 a 2017?
- 12) Qual o valor do índice de atualização monetária utilizado em cada ano, de 2013 a 2017 para atualizar a dívida pública federal?
- 13) Qual o fundamento legal que determina a atualização monetária paralela de toda a dívida pública federal?





Câmara dos Deputados
Comissão de Fiscalização Financeira e Controle

Esclareço que as informações solicitadas decorrem da aprovação do Requerimento nº 506/2018-CFFC (cópia anexa), de autoria do Deputado Roberto de Lucena, aprovado pelo plenário desta Comissão, em reunião ordinária do dia 09.05.2018.

23 MAIO 2018

Sala da Comissão, de maio de 2018.

Deputado Roberto de Lucena
Presidente



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº 506/2018
(Do Sr. ROBERTO DE LUCENA)

Requer informações ao Presidente do Banco Central do Brasil e ao Ministro de Estado da Fazenda sobre estatísticas do estoque de títulos públicos federais e sobre a utilização de títulos da dívida pública nas Operações Compromissadas.

Sr. Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requiero que, ouvida a Mesa, seja encaminhado ao Presidente do Banco Central do Brasil pedido de informações conforme segue:

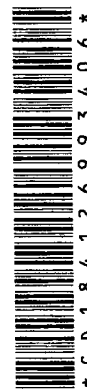
Com o intuito de esclarecer os parlamentares desta Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, solicitamos sejam detalhada e exaustivamente especificadas as questões que seguem:

- 1) Segundo informações do SIAFI, o orçamento federal previsto para 2017 foi de 3,415 trilhões de reais, mas somente 2,483 trilhões foi efetivamente executado. A diferença desse montante, que chega a um total de 932 bilhões, é desconhecida. Que destinação foi dada a esse recurso previsto e não executado?
- 2) Solicito o envio, a esta CFFC, do estudo de impacto orçamentário e financeiro do PL 9.248/2017, conforme exigência legal prevista no artigo 16 da LRF, art. 117 da LDO 2017 e o art. 112 da LDO 2018.
- 3) Quais são os nomes de todas as pessoas físicas e jurídicas detentoras dos títulos da dívida interna pública federal (DPMFi), inclusive a parcela de títulos detidos pelo Banco Central? Solicita-se, discriminar por categoria de credor (conforme detalhado abaixo), o valor dos títulos detidos por cada pessoa física ou jurídica, discriminando-se os detentores nacionais e estrangeiros de cada uma das categorias abaixo:
 - a. Bancos
 - b. Fundos de Investimento
 - c. Fundos de Pensão ou Entidades de Previdência (Fechada e Aberta)
 - d. Outras instituições Financeiras
 - e. Pessoas Jurídicas Não Financeiras
 - f. Pessoas Físicas



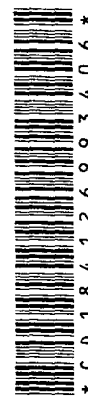
- g. Pessoas Físicas ou Jurídicas não residentes no Brasil
 - h. Outros credores
- 4) Quem são as pessoas físicas e jurídicas credoras finais da dívida interna pública federal em títulos (DPMFi), assim constituídas mediante fundos de investimento, operações compromissadas nos mercados primário e secundário, além de outras aplicações bancárias? Solicita-se discriminar por categoria de credor (conforme detalhado abaixo), o valor dos títulos detidos por cada pessoa física ou jurídica, discriminando-se os detentores nacionais e estrangeiros de cada uma das categorias abaixo:
- a. Bancos
 - b. Fundos de Investimento
 - c. Fundos de Pensão ou Entidades de Previdência (Fechada e Aberta)
 - d. Outras instituições Financeiras
 - e. Pessoas Jurídicas Não Financeiras
 - f. Pessoas Físicas
 - g. Pessoas Físicas ou Jurídicas não residentes no Brasil
 - h. Outros credores.
- 5) Qual o valor da parcela da Dívida Pública Mobiliária Federal (DPMFi) detida por Entidades Fechadas de Previdência?
- 6) Por que razão as tabelas contendo dados estatísticos do estoque do montante de Títulos Públicos Federais (DFMFi, separando-se o montante de títulos sob responsabilidade do Banco Central e fora do BC, discriminados por tipo de título), e do estoque das Operações Compromissadas (e respectivos prazos) foram suprimidas da página do Banco Central na internet, conforme exemplos a seguir, informando adicionalmente quando a publicação das mesmas, no mesmo formato, será restabelecido:

(1) Estoque de Títulos Públicos Federais:



Quadro XXXVI – Títulos públicos federais														R\$ milhões	
Fim de período	Responsabilidade											Total	% do PIB		
	Tesouro Nacional										Bacen	fora do Bacen			
	Títulos emitidos	Carteira do Bacen	Fora do Bacen							Total	NSCE NCCF NSCA				
			LTN	LFT	NTN	Divida securit.	CFT/CTN	TDA	BTN						
2002	Dez	838 706	282 730	13 585	372 584	127 339	21 167	18 214	2 005	100	566 966	67 125	629 191	41,8	
2003	Dez	978 104	278 405	91 055	443 180	126 721	16 880	18 236	2 052	74	701 199	30 659	731 858	42,6	
2004	Dez	1 069 535	312 855	159 950	457 757	133 700	26 449	17 343	2 411	62	706 590	13 584	810 264	41,4	
2005	Dez	1 252 510	275 683	263 436	504 653	167 374	18 085	15 799	3 448	48	972 647	6 815	979 462	45,1	
2006	Dez	1 300 694	267 186	348 954	412 034	256 598	19 095	14 532	4 213	36	1 093 495	-	1 093 495	45,4	
2007	Dez	1 583 671	360 001	325 149	408 074	451 132	20 777	13 603	4 859	27	1 224 671	-	1 224 671	45,6	
2008	Dez	1 759 134	454 311	233 143	453 131	508 380	16 090	14 306	4 743	30	1 264 673	-	1 264 673	46,7	
2009	Dez	2 036 231	637 615	247 270	500 224	621 479	12 056	12 891	4 516	18	1 358 415	-	1 358 415	49,0	
2010	Dez	2 307 145	705 205	364 731	521 705	701 128	9 097	13 141	4 125	13	1 603 940	-	1 603 940	41,3	
2011	Dez	2 534 836	751 887	402 376	548 584	805 849	9 719	12 435	4 009	10	1 783 061	-	1 783 061	40,7	
2012	Dez	2 623 336	906 627	562 030	424 949	915 327	6 218	12 725	3 456	5	1 616 709	-	1 616 709	38,8	
2013	Dez	2 985 224	968 098	645 145	366 055	962 543	7 642	14 595	3 143	0	2 028 126	-	2 028 126	38,0	
2014	Dez	3 301 951	1 117 440	688 033	418 567	1 062 637	7 054	16 437	2 860	0	2 183 611	-	2 183 611	37,8	
2015	Dez	3 636 631	1 288 515	764 479	626 192	1 229 620	7 693	19 711	2 472	0	2 650 165	-	2 650 165	44,2	
2016	Jan	3 873 237	1 255 257	667 665	671 484	1 237 694	7 592	20 087	2 459	0	2 606 950	-	2 606 950	43,4	
	Fev	3 852 653	1 274 461	668 656	697 650	1 251 612	7 545	20 333	2 456	0	2 676 222	-	2 676 222	44,4	
	Mar	4 042 856	1 289 353	729 076	709 639	1 284 507	7 513	20 365	2 403	0	2 753 503	-	2 753 503	45,6	
	Abr	3 867 754	1 297 553	614 359	722 615	1 302 236	7 469	21 050	2 454	0	2 670 191	-	2 670 191	44,1	
	Mai	4 048 690	1 304 523	655 955	734 129	1 322 006	7 431	22 249	2 396	0	2 744 167	-	2 744 167	45,1	
	Jun	4 157 400	1 319 526	702 894	748 135	1 350 118	7 459	22 982	2 330	0	2 837 672	-	2 837 672	46,4	
	Jul	4 151 058	1 316 905	670 351	762 792	1 365 343	8 646	22 774	2 317	0	2 832 153	-	2 832 153	46,1	
	Ago	4 129 135	1 298 954	709 166	755 545	1 351 826	8 601	22 829	2 285	0	2 830 171	-	2 830 171	45,9	
	Sep	4 259 853	1 337 390	761 654	757 954	1 327 643	8 453	22 656	2 248	0	2 920 553	-	2 920 553	47,2	
	Out	4 255 290	1 345 915	683 171	827 640	1 355 018	8 402	22 817	2 259	0	2 809 265	-	2 809 265	46,6	
	Nov	4 312 218	1 350 796	712 379	849 496	1 366 617	8 409	22 825	2 205	0	2 961 422	-	2 961 422	47,0	
	Dez	4 509 262	1 522 548	718 198	858 450	1 384 306	8 391	24 823	2 219	0	2 985 415	-	2 985 415	47,7	
2017	Jan	4 510 876	1 572 321	667 895	866 301	1 399 185	8 115	25 842	2 214	0	2 938 555	-	2 938 555	46,6	
	Fev	4 618 502	1 585 761	740 989	820 837	1 327 972	7 665	25 786	2 191	0	3 020 741	-	3 020 741	47,7	
	Mar	4 726 653	1 612 840	787 610	837 295	1 352 423	8 784	25 665	2 156	0	3 113 843	-	3 113 843	48,9	
	Abr	4 749 125	1 625 895	750 640	862 765	1 374 430	8 119	25 140	2 135	0	3 123 227	-	3 123 227	49,1	
	Mai	4 728 247	1 558 093	778 155	880 971	1 335 336	8 057	24 587	2 100	0	3 130 154	-	3 130 154	48,0	
	Jun	4 835 375	1 601 722	812 459	1 025 606	1 360 747	7 664	24 731	2 085	0	3 233 654	-	3 233 654	50,6	
	Jul	4 791 611	1 565 642	786 996	1 054 259	1 349 935	7 832	24 389	2 058	0	3 224 969	-	3 224 969	50,4	

(2) Estoque de Operações Compromissadas:



* C D 1 8 4 1 2 6 9 9 3 4 0 6 *

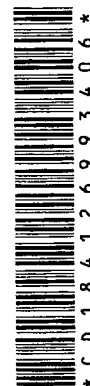
Quadro XXXVII – Operações compromissadas – Mercado aberto^{1/}
Saldos e participações

R\$ milhões

Período	Ano	Até 1 mês		Acima de 1 mês		Total		Contratado		De 1 a 3 meses		Acima de 3 meses	
		Saldo	%	Saldo	%	Saldo	%	Saldo	%	Saldo	%	Saldo	%
2002	Dez	61.534	36,5	2.255	3,5	64.789	100,0	-	-	-	-	-	-
2003	Dez	43.742	73,0	11.975	21,0	55.717	100,0	-	-	-	-	-	-
2004	Dez	7.757	16,5	39.410	83,5	47.167	100,0	-4.173	-8,7	11.910	25,2	39.410	83,5
2005	Dez	24.433	-106,5	47.235	206,0	72.668	100,0	24.433	-100,0	0	0	47.235	206,0
2006	Dez	5.550	9,7	54.231	90,3	59.781	100,0	5.550	9,7	0	0	54.231	90,3
2007	Dez	-1.433	-0,3	167.274	100,0	165.841	100,0	-1.433	-0,3	30.731	18,5	54.430	32,8
2008	Dez	33.300	20,4	272.130	79,6	305.430	100,0	75.524	24,7	130.606	42,8	43.200	14,2
2009	Dez	31.545	1,4	336.024	98,6	367.569	100,0	31.545	1,4	316.024	86,5	79.004	21,5
2010	Dez	7.035	0,5	257.213	99,5	264.248	100,0	0	0	115.000	44,0	142.213	55,9
2011	Dez	-9.300	-0,3	321.191	100,0	311.891	100,0	-9.300	-3,0	132.032	42,5	179.057	57,5
2012	Dez	-61.532	-12,4	339.130	112,4	277.598	100,0	-61.532	-12,4	254.103	91,9	305.077	109,9
2013	Dez	25.354	9,2	432.173	94,8	457.527	100,0	25.354	5,5	299.016	65,5	133.157	29,5
2014	Dez	33.232	3,8	723.371	91,4	756.603	100,0	33.232	4,4	304.340	40,2	139.031	18,4
2015	Dez	257.967	23,5	635.226	57,2	893.193	100,0	257.967	28,9	435.647	48,8	177.579	19,8
2017	Jan	247.915	24,7	763.453	75,4	1.011.368	100,0	247.915	24,5	336.173	33,2	134.325	13,3
	Fev	203.063	21,1	757.543	75,9	960.606	100,0	203.063	21,1	332.164	33,7	133.079	13,8
	Mar	73.174	6,5	314.333	27,2	387.507	100,0	73.174	18,9	265.497	68,7	135.009	34,9
	Abr	130.557	17,0	325.322	42,4	455.879	100,0	130.557	28,8	264.231	58,2	177.511	38,9
	Mai	160.202	16,7	339.579	35,5	499.781	100,0	160.202	32,1	279.279	55,9	159.300	31,9
	Jun	91.234	9,2	337.067	33,4	428.301	100,0	91.234	21,3	275.777	64,5	134.103	31,4
	Jul	140.647	13,2	335.447	32,0	476.094	100,0	140.647	29,5	275.345	57,8	171.101	35,9
	Ago	125.138	10,7	319.752	30,3	444.890	100,0	125.138	28,1	274.175	61,5	175.125	39,3
	Sep	85.737	8,1	355.138	31,2	440.875	100,0	85.737	19,4	275.037	62,5	179.095	40,2
	Out	36.354	3,1	361.033	31,0	397.387	100,0	36.354	9,1	265.255	66,8	195.279	49,2
	Nov	99.523	9,2	355.173	30,5	454.696	100,0	99.523	22,1	274.747	60,4	180.426	39,8
	Dez	121.220	11,5	355.200	31,2	476.420	100,0	121.220	25,4	274.299	57,7	180.901	38,0
2017	Jan	121.127	10,2	1.091.509	99,8	1.212.636	100,0	121.127	10,0	335.237	27,6	1.091.232	90,2
	Fev	80.200	6,1	1.093.038	91,0	1.173.238	100,0	80.200	6,9	335.433	28,6	1.092.605	93,1
	Mar	39.110	3,4	977.476	91,6	1.016.586	100,0	39.110	3,8	314.077	30,9	1.003.509	97,1
	Abr	101.025	9,5	973.077	93,5	1.074.102	100,0	101.025	9,4	314.720	29,3	1.002.357	93,7
	Mai	165.023	14,5	932.494	83,7	1.097.517	100,0	165.023	14,9	322.263	29,4	1.000.231	91,5
	Jun	93.115	8,7	933.319	91,3	1.026.434	100,0	93.115	9,1	330.597	32,2	1.003.831	97,8
	Jul	140.932	12,4	1.014.221	97,6	1.155.153	100,0	140.932	12,1	337.527	29,2	1.006.626	87,9

1/ As operações de mercado aberto referem-se às ações compradas pelo Banco Central, com a finalidade de financiamento de curto prazo a crédito no mercado de capitais, e as operações de mercado aberto referem-se às ações vendidas pelo Banco Central, com a finalidade de financiamento de curto prazo a crédito no mercado de capitais.

- 7) Qual a composição detalhada, por fonte de recurso, e por tipo de fonte (primária e não-primária) do estoque de recursos disponíveis na Conta Única do Tesouro, mantida pelo Banco Central:
- no último dia (31/12) de cada ano, nos últimos 5 (cinco) anos, ou seja entre 2013 e 2017;
 - disponíveis na data de resposta deste Requerimento de Informações;
- 8) Apresentar demonstrativo de ingressos e saídas de recursos da referida conta, agrupando-se os recursos por grupos de receitas (por tipo) e despesas (por função), nos últimos 5 (cinco) anos, de 2013 a 2017.



- 9) Qual o montante total dos juros nominais pagos em cada ano, nos últimos 5 (cinco) anos, de 2013 a 2017, considerando-se a totalidade de títulos emitidos, inclusive os que se encontram em poder do BC?
- 10) Qual o valor anual das parcelas referentes ao valor dos "Juros e Encargos da Dívida" (como tem sido informado no SIAFI) e a o valor da parcela referente à atualização monetária da dívida (contabilizada como "Amortização"), de 2013 a 2017?
- 11) Qual a fórmula (expressão matemática do cálculo da atualização monetária) e os valores utilizados para o cálculo da atualização monetária, ou seja, qual foi o estoque da dívida considerado e qual foi o índice de atualização (em percentual), de 2013 a 2017?
- 12) Qual o valor do índice de atualização monetária utilizado em cada ano, de 2013 a 2017 para atualizar a dívida pública federal?
- 13) Qual o fundamento legal que determina a atualização monetária paralela de toda a dívida pública federal?

JUSTIFICAÇÃO

O Regimento Interno da Câmara dos Deputados atribui à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle a competência para requerer informações, relatórios, balanços e inspeções sobre as contas ou autorizações de despesas de órgãos e entidades da administração federal, diretamente ou por intermédio do Tribunal de Contas da União (art. 32, XI, "f").

Os deveres de transparência e garantia de acesso à informação a que estão submetidos os gestores públicos coloca a sociedade no polo ativo da gestão da informação, à medida em que os dados, não classificados por regras de sigilo, são passíveis de estudos e de análise crítica por parte de associações, organizações e indivíduos.

Nesse sentido, a organização Auditoria Cidadã da Dívida, vem desenvolvendo estudos a respeito da dívida pública, finanças públicas e orçamento que são de grande importância para este parlamento.

A referida instituição informou a esta CFFC que, tendo acessado os balanços do Banco Central, verificou que o custo das "Operações Compromissadas" nos últimos 4 anos, alcançou a cifra de R\$449 bilhões, ou seja, quase meio trilhão de reais em apenas 4 anos. O PL 9.248/2017 foi apresentado pelo Banco Central ao Congresso Nacional, como parte de sua agenda considerada prioritária. Referido projeto de lei institui o "Depósito Voluntário Remunerado", de tal forma que os bancos poderão depositar sua sobra de caixa no BC e este irá remunerar, o que irá substituir a remuneração feita através das "Operações Compromissadas". Considerando que o custo da remuneração que o PL 9.248/2017 institui não veio acompanhada do respectivo estudo de impacto orçamentário



previsto na LRF, é imprescindível requerer o envio do referido estudo, por ser exigência legal, conforme artigo 16 da LRF, art. 117 da LDO 2017 e o art. 112 da LDO 2018.

A aparente obscuridade com que as informações a respeito dos detentores dos títulos da dívida pública brasileira também têm aturrido este parlamento e a sociedade, de modo que providências administrativas a serem tomadas pelo Banco Central do Brasil e pelo Ministério da Fazenda se fazem imperiosas.

É essencial conhecer a composição da Conta Única do Tesouro por fonte de recursos, detalhando-se os grupos (primária e não primária por exemplo), uma vez que se trata de informação fundamental para a realização de qualquer despesa, e também para o atendimento às vinculações legais de receitas. Da mesma forma, o conhecimento do fluxo de recursos na referida Conta Única (ingressos e saídas) irá elucidar a compreensão acerca das origens e alocações dos recursos públicos federais.

Essencial, também, é a disponibilização para acesso do público, das informações constantes do sistema integrado de administração financeira e controle previsto no art. 48, § 1º, III, da Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme reiteradamente solicitado pelo Tribunal de Contas da União por ocasião da CPI da Dívida Pública da câmara dos Deputados, nos anos de 2009 e 2010.

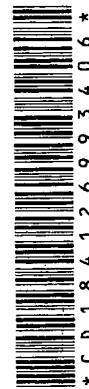
Desde 4 de maio de 2000, que a responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante a obediência a limites e condições no que tange a dívida consolidada, operações de crédito e outras operações. No entanto, ao executar as Operações Consolidadas, o Banco Central tem comprometido, somente entre os anos de 2014 e 2017, cerca de 500 bilhões de reais, em favor dos bancos privados.

Para compreender esse fato, faz-se necessário o esclarecimento a respeito da metodologia de cálculo dos juros nominais. Sabe-se que o valor da despesa com juros e encargos da dívida indicado no SIAFI tem estado historicamente muito inferior que a estimativa dos juros calculada com base na multiplicação do estoque de títulos e a taxa média de juros básicos, evidenciando-se que grande parte dos juros não estão sendo indicada na referida rubrica.

Adicionalmente, não tem sido transparente a atualização paralela de toda a dívida pública, razão pela qual é imprescindível a informação sobre o índice de atualização monetária utilizado em cada ano, de 2013 a 2017 para atualizar a dívida pública, especialmente no ano de 2017, quando o IGP-M apresentou valor negativo.

Por fim, nota-se a ausência de dispositivo legal que determine que deva ser feita a atualização monetária paralela de toda a dívida pública. O referido procedimento vem provocando o crescimento exponencial da dívida e esta, por sua vez, tem sido a justificativa para diversas reformas que impedem o desenvolvimento socioeconômico do país, como a EC 95, por exemplo.

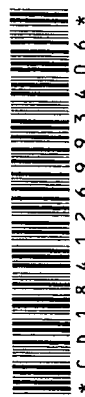
Por fim, vale ressaltar que a remuneração de depósitos voluntários por juros da dívida, entre outras questões acima relatadas precisa ser esclarecida e discutida com a



sociedade, motivo pelo qual se justifica a apresentação deste Requerimento de Informações.

Sala da Comissão, 08 de maio de 2018


Deputado ROBERTO DE LUCENA





CÂMARA DOS DEPUTADOS

28/05/2018
15:34

MESA DIRETORA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

DESIGNAÇÃO DE RELATOR

Designo relator da seguinte proposição o senhor Deputado Fábio Ramalho, Primeiro Vice-Presidente.

RIC 3.575/2018 - da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle - que "Requer informações ao Ministro de Estado da Fazenda sobre estatísticas do estoque de títulos públicos federais e sobre a utilização de títulos da dívida pública nas Operações Compromissadas. "



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº 3575/2018

Autor: COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA
E CONTROLE

Destinatário: Ministro de Estado da Fazenda

Assunto: Requer informações ao Ministro de Estado da Fazenda sobre estatísticas do estoque de títulos públicos federais e sobre a utilização de títulos da dívida pública nas Operações Compromissadas.

Despacho: O presente requerimento de informação está de acordo com a Constituição Federal, artigo 50, § 2º, e com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigos 115 e 116. Dispensado o relatório em conformidade com o § 1º do artigo 2º do Ato da Mesa nº 11/1991, o parecer é pelo **encaminhamento**.

Primeira-Vice-Presidência, em 8 de junho de 2018.


Fábio Ramalho
Primeiro-Vice-Presidente





Câmara dos Deputados

RIC 3.575/2018

Autor: Comissão de Fiscalização Financeira e Controle

**Data da
Apresentação:** 23/05/2018

Ementa: Requer informações ao Ministro de Estado da Fazenda sobre estatísticas do estoque de títulos públicos federais e sobre a utilização de títulos da dívida pública nas Operações Compromissadas.

**Forma de
Apreciação:**

**Texto
Despacho:** Aprovação pelo Presidente, Dep. Rodrigo Maia, "ad referendum" da Mesa, do parecer do senhor Deputado Fábio Ramalho, Primeiro Vice-Presidente, pelo encaminhamento.

**Regime de
tramitação:**

Em 20/06/2018


RODRIGO MAIA
Presidente da Câmara dos Deputados



1BAFEC6F05



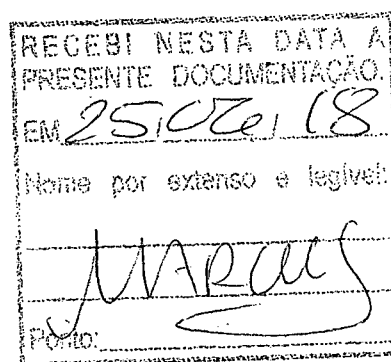
Ofício 1ªSec/RI/E/nº 2299/18

Brasília, 25 de junho de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
EDUARDO GUARDIA
Ministro de Estado da Fazenda

Assunto: **Requerimento de Informação**

Senhor Ministro,



Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, encaminho a Vossa Excelência cópia(s) do(s) seguinte(s) Requerimento(s) de Informação:

PROPOSIÇÃO	AUTOR
Requerimento de Informação nº 3571/2018	Jerônimo Goergen
Requerimento de Informação nº 3575/2018	Comissão de Fiscalização Financeira e Controle
Requerimento de Informação nº 3593/2018	Júlio Cesar
Requerimento de Informação nº 3594/2018	Weliton Prado

Por oportuno, solicito, na eventualidade de a informação requerida ser de natureza sigilosa, seja enviada também cópia da decisão de classificação proferida pela autoridade competente, ou termo equivalente, contendo todos os elementos elencados no art. 28 da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), ou, caso se trate de outras hipóteses legais de sigilo, seja mencionado expressamente o dispositivo legal que fundamenta o sigilo. Em qualquer caso, solicito ainda que os documentos sigilosos estejam acondicionados em invólucro lacrado e rubricado, com indicação ostensiva do grau ou espécie de sigilo.

Atenciosamente,

Deputado **GIACOBINO**
Primeiro-Secretário

- **NOTA:** os Requerimentos de Informação, quando de autorias diferentes, devem ser respondidos separadamente.

/LMR

AVISO nº 129 /MF

Brasília, 24 de julho de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado GIACOBO
Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Assunto: **Requerimento de Informação**

Senhor Primeiro-Secretário,

Refiro-me ao Ofício 1ª Sec/RI/E/nº 2299/18, de 25.06.2018, dessa Primeira-Secretaria, por intermédio do qual foi remetida cópia do Requerimento de Informação nº 3575/2018, de autoria da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, sobre “estatísticas do estoque de títulos públicos federais e sobre a utilização de títulos da dívida pública nas Operações Compromissadas”.

A propósito, encaminho a Vossa Excelência, em resposta à solicitação do ilustre parlamentar – com ressalva às informações em sigilo por força da Lei Complementar 105, de 10.01.2001 –, cópias do Memorando nº 294/2018/ASSES/STN-MF, de 12.07.2018, e do Ofício 12240/2018-BCB/Aspar, de 10.07.2018, e mídia digital, elaborados, respectivamente, pela Secretaria do Tesouro Nacional e pelo Banco Central do Brasil.

Atenciosamente,


EDUARDO REFINETTI GUARDIA
Ministro de Estado da Fazenda

PRIMEIRA SECRETARIA	
25 07 18 11 05	
5876	
L: Asses/ade/ric3575-18-19/07/18	
Portador	



Ao Senhor Assessor Especial do Ministro

Assunto: Requerimento de Informação: 3.575/2018.

Referência: Ao responder este Memorando, favor indicar expressamente o Processo nº 12100.101446/2018-49.

1. A Assessoria para Assuntos Parlamentares do Ministro da Fazenda submeteu à apreciação desta Secretaria do Tesouro Nacional (STN) o Requerimento de Informação nº 3.575/2018, de autoria da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, demandando informações sobre estatísticas do estoque de títulos públicos federais e sobre a utilização de títulos da dívida pública nas Operações Compromissadas.
2. Em atendimento ao requerimento, encaminho, em anexo, o Memorando SEI nº 8/2018 /GEEST/COSCD/CODIV/SUDIP/STN-MF, de 9 de julho de 2018, e o Memorando SEI nº 21/2018 /GESFI/COFIN/SUGEF/STN-MF, de 11 de julho de 2018, os quais apresentam as respostas aos questionamentos.
3. Em complemento à resposta elaborada pelo Banco Central do Brasil para a segunda pergunta, que "solicita o envio do estudo do impacto orçamentário e financeiro do PL 9.248/2017, conforme exigência legal prevista no artigo 16 da LRF, ar. 117 da LDO 2017 e o art. 112 da LDO 2018", informo que não haverá impacto orçamentário e financeiro no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social decorrente do referido PL, uma vez que os depósitos voluntários não compõe este orçamento, e sim o Orçamento de Receitas e Encargos de Autoridade Monetária do Banco Central do Brasil.

Anexos:

I - Memorando SEI nº 8/2018/GEEST/COSCD/CODIV/SUDIP/STN-MF (SEI nº 0857312);

II - Memorando SEI nº 21/2018/GESFI/COFIN/SUGEF/STN-MF (SEI nº 0844224);

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente

OTAVIO LADEIRA DE MEDEIROS

Secretário do Tesouro, Substituto



Documento assinado eletronicamente por Otavio Ladeira de Medeiros, Secretário(a) do Tesouro Nacional Substituto(a), em 12/07/2018, às 09:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0865635** e o código CRC **D83996F9**.

Referência: Processo nº 12100.101446/2018-49.

SEI nº 0865635

À ASSES/STN/MF-DF

Assunto: **RI nº 3575/2018, da Câmara dos Deputados.**

Referência: Ao responder este Memorando, favor indicar expressamente o Processo nº 12100.101446/2018-49.

1. Referimo-nos ao Memorando Circular nº 44/2018/ASSES/STN/MF-DF, de 28 de maio de 2018, o qual solicita resposta ao Requerimento de Informação da Câmara (RIC) nº 3575/2018, da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, demandando informações acerca da Dívida Pública Federal.

2. Nesse sentido, a Câmara dos Deputados solicita, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos arts. 24, inc V e § 2º, 115 inc. I do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que o Senhor Ministro de Estado da Fazenda, no âmbito da sua competência, elucide as questões específicas sobre a Dívida Pública Federal, cujos esclarecimentos estão descritos a seguir:

a – Segundo informações do SIAFI, o orçamento federal prevista para 2017 foi de 3,415 trilhões de reais, mas somente 2,483 trilhões foi efetivamente executado. A diferença desse montante, que chega a um total de 932 bilhões, é desconhecida. Que destinação foi dada a esse recurso previsto e não executado?

Inicialmente, cabe esclarecer que a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, dispõe em seu art. 35 que pertencem ao exercício financeiro as despesas nele legalmente **empenhadas**. Desta forma, conforme Balanço Orçamentário da União do exercício de 2017 (p.24 - disponível em <https://goo.gl/Jx1r6z>), a despesa executada deu-se no montante de R\$ 2,583 trilhões. Já o valor de R\$ 2,483 trilhões refere-se à despesa paga no exercício. O valor da diferença (R\$ 100 bilhões) refere-se ao valor inscrito em restos a pagar, conforme conceitua o art. 36 da mesma lei:

“Art. 36. Consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas mas não pagas até o dia 31 de dezembro distinguindo-se as processadas das não processadas.”

Continuando, com relação ao saldo não aplicado no exercício, no montante de R\$ 831,7 bilhões, convém esclarecer que o orçamento público no Brasil é autorizativo, isto é, o Poder Legislativo, ao aprovar a Lei Orçamentária Anual, autoriza o Poder Executivo a arrecadar o montante de receitas previsto e a fixar as despesas que podem ser executadas até o montante constante da lei, cabendo a este poder sua administração, conforme dinâmica de implementação de políticas públicas.

Esse é um dos princípios básicos que regem o orçamento, conforme consta na Cartilha do Orçamento da Câmara dos Deputados (p. 7) disponível em: <http://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/cidadao/entenda/cartilha/cartilha.pdf>

Portanto, as previsões de despesa planejadas no orçamento não significam obrigatoriedade de execução, de forma que tudo que está determinado no orçamento tem caráter de mera autorização para realizações. Além disso, mudanças no quadro econômico e fiscal podem levar a alterações nas previsões do orçamento, inclusive forçando o governo a deixar de executar algumas despesas.

No que diz respeito à gestão da Dívida Pública Federal - DPF, a diferença entre o valor previsto no orçamento e a sua efetiva realização foi de R\$ 736 bilhões.

É importante observar, entretanto, que, devido ao seu caráter dinâmico decorrente da interface com o mercado financeiro, o

orçamento da DPF possui peculiaridades necessárias para que seus compromissos não deixem de ser honrados. Fatores como variação de indexadores, estratégia de novas emissões, resgates antecipados de títulos públicos ou mesmo frustração de fontes de não emissão destinadas à dívida pública (R\$ 150 bilhões de frustração em 2017), são exemplos de variáveis que potencializam o grau de incerteza da execução da DPF diante da previsão orçamentária.

Nesse sentido, todas as dotações da DPF que constam no orçamento possuem margem de segurança necessária e suficiente para que a gestão da dívida pública possa agir adequadamente, dispensando a realização de alterações orçamentárias que, devido ao natural tempo de processamento, possam comprometer a tempestividade da gestão.

Como 78% do orçamento da DPF de 2017 é composto por fontes de novas emissões, configurando, na prática, refinanciamento ou rolagem da dívida, tal margem de segurança orçamentária não onera o Orçamento Federal. De fato, a parcela da previsão orçamentária da DPF que deixou de ser executada não tem nenhum significado relevante para a análise das fontes de recursos do orçamento federal, pois representam emissões de títulos que deixaram de ser realizadas.

É oportuno destacar que essas peculiaridades são o motivo de a Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), no parágrafo 2º de seu artigo 5º, determinar que o refinanciamento da DPF conste separadamente na Lei Orçamentária Anual, in verbis:

“§ 2º O refinanciamento da dívida pública constará separadamente na lei orçamentária e nas de crédito adicional.”

Tal determinação legal busca justamente evitar que os significativos montantes do refinanciamento da DPF sejam indevidamente confundidos com os demais valores do orçamento federal, dando margem a interpretações equivocadas.

b – Solicito o envio do estudo do impacto orçamentário e financeiro do PL 9.248/2017, conforme exigência legal prevista no artigo 16 da LRF, ar. 117 da LDO 2017 e o art. 112 da LDO 2018.

O PL 9.248/2017 dispõe sobre o acolhimento, pelo Banco Central do Brasil, de depósitos voluntários à vista ou a prazo das instituições financeiras, este tema não é de competência da SUDIP.

c – Quais são os nomes de todas pessoas físicas e jurídicas detentoras dos títulos da dívida interna pública federal (DPMFi):

Os títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna são emitidos e registrados sob a forma escritural em duas centrais de custódia distintas, SELIC e B3 (Brasil Bolsa Balcão), cada qual com seus próprios procedimentos de registro.

Desta forma o Tesouro Nacional, como emissor, não é o órgão primário das informações de detentores, as quais são geradas pelas centrais de custódia. As informações são agrupadas pelas classes: instituições financeiras, fundos de investimento, previdência, não-residentes, Governo, seguradora e outros.

Ressaltamos também que o Tesouro Nacional por não ser órgão supervisor destes grupos, não detém os dados dos participantes e cotistas dessas entidades e fundos.

d – Quem são as pessoas físicas e jurídicas credoras finais da dívida interna pública federal em títulos (DPMFi):

Os dados que são apresentados pelo Tesouro Nacional sobre detentores seguem no nível de granularidade permitido por força da Lei Complementar nº 105, de 10.1.2001, pois o referido diploma legal prevê o sigilo bancário das operações ativas e passivas e serviços prestados pelas instituições financeiras.

Desta forma, informamos que a distribuição de detentores, está divulgada em nosso Relatório Mensal da Dívida – RMD, anexo 2.7, na página do Tesouro Nacional, onde são apresentados os montantes e as participações percentuais do total da dívida detidos por cada classe.

e – Qual o valor da parcela da Dívida Pública Mobiliária Federal (DPMFi) detida por Entidades Fechadas de Previdência.

Com relação ao questionamento sobre o “Valor da parcela da Dívida Pública Mobiliária Federal detida por Entidades Fechadas de Previdência”, ratificamos novamente os esclarecimentos prestados no item anterior, onde afirmamos que não temos as aberturas solicitadas.

Adicionalmente, cabe mencionar que o Banco Central do Brasil, como Central de Custódia - SELIC, divulga mensalmente informações na Nota à imprensa (*link* a seguir, tabela 34C), dados de detentores dos títulos federais em poder do público – posição dos fundos de investimentos, discriminando classes de cotistas, com abertura parcial de entidades de previdência aberta, fechada e RPPS, onde os dados referem-se apenas às contas Cliente Especial dos fundos de investimento regidos pela Instrução CVM nº 555, de 17/12/2014.

<http://www.bcb.gov.br/htms/infecon/demab/default.asp>

Arquivo de referência – maio/2018 – zip

<http://www.bcb.gov.br/htms/infecon/demab/ma201805/index.asptabela34C>

f – Por que razão as tabelas contendo dados estatísticos do estoque do montante de Títulos Públicos Federais (DPMFi, separando-se o montante de títulos sob responsabilidade do Banco Central e fora do BC, discriminados por tipo de título), e do estoque das Operações Compromissadas (e respectivos prazos) foram suprimidas da página do Banco Central na internet.

O enunciado aborda tema de responsabilidade do Banco Central do Brasil, devendo, portanto, ser remetido à referida instituição.

g – Qual a composição detalhada, por fonte de recurso, e por tipo de fonte (primária e não-primária) do estoque de recursos disponíveis na Conta Única do Tesouro, mantida pelo Banco Central.

Foi encaminhado o Memorando SEI nº 289/2018/ASSES/STN-MF, para a Coordenação-Geral de Programação Financeira – COFIN, solicitando resposta para este item.

h – Apresentar demonstrativo de ingressos e saídas de recursos da referida conta, agrupando-se os recursos por grupos de receitas (por tipo) e despesas (por função), nos últimos 5 (cinco) anos, de 2013 a 2017.

Foi encaminhado o Memorando SEI nº 289/2018/ASSES/STN-MF, para a Coordenação-Geral de Programação Financeira – COFIN, solicitando resposta para este item.

i – Qual o montante total dos juros nominais pagos em cada ano, nos últimos 5 (cinco) anos, de 2013 a 2017, considerando-se a totalidade de títulos emitidos, inclusive os que se encontram em poder do BC?

As informações sobre a dívida pública são amplamente divulgadas e difundidas, havendo apresentação mensal em sessão aberta para jornalistas e público em geral bem como inclusão no *site* da Secretaria do Tesouro Nacional – STN e no Portal Tesouro Transparente (<http://www.tesourotransparente.gov.br>). **As informações de estoque e fluxos da Dívida Pública, além dos demais indicadores de custo e risco do endividamento público, podem ser obtidas no Relatório Mensal da Dívida. No Portal Tesouro Transparente estão disponíveis os dados da Execução Orçamentária e Financeira da Dívida, dando publicidade aos valores de pagamentos de amortização e juros, permitindo diferenciar as classificações financeiras.**

As principais publicações da Dívida Pública Federal são:

- a. Plano Anual de Financiamento - PAF
- b. Relatório Anual da Dívida Pública – RAD
- c. Relatório Mensal da Dívida Pública Federal – RMD
- d. Portal Tesouro Transparente

Recentemente a STN disponibilizou em seu *site* o documento denominado “**Por Dentro das Contas Públicas**”, que apresenta periodicamente um panorama da Gestão da Dívida Pública dentro do Orçamento da União. Todas essas iniciativas revelam a preocupação da STN com a transparência e publicidade das informações sobre a dívida pública.

Por sua vez as informações sobre juros nominais estão inseridas nesse arcabouço oferecido pela STN, como a resposta tem relação com a questão seguinte as informações serão consolidadas no próximo enunciado (Item j).

j - Qual o valor anual das parcelas referentes ao valor dos "Juros e Encargos da Dívida" (como tem sido informado no SIAFI) e a o valor da parcela referente à atualização monetária da dívida (contabilizada como “Amortização”), de 2013 a 2017.

Abaixo quadros com as repostas dos itens h e j

Valores em R\$

Pagamento de Juros da DPMFi - 2017	BACEN	Mercado	Total
Atualização Monetária	43.652.442.767,56	94.900.204.011,06	138.552.646.778,62
Juros Reais (Encargos)	55.604.126.236,02	130.894.201.254,86	186.498.327.490,88
Juros Nominais (Encargos + Atualização Monetária)	99.256.569.003,58	225.794.405.265,92	325.050.974.269,50

Valores em R\$

Pagamento de Juros da DPMFi - 2016	BACEN	Mercado	Total
Atualização Monetária	48.121.345.526,29	103.062.419.822,91	151.183.765.349,20
Juros Reais (Encargos)	66.774.161.120,24	120.874.466.662,71	187.648.627.782,95

Juros Nominais (Encargos + Atualização Monetária)	114.895.506.646,53	223.936.886.485,62	338.832.393.132,15
--	--------------------	--------------------	--------------------

Valores em R\$

Pagamento de Juros da DPMFi - 2015	BACEN	Mercado	Total
Atualização Monetária	37.241.854.669,36	79.984.063.345,08	117.225.918.014,44
Juros Reais (Encargos)	64.780.253.154,21	134.948.411.607,85	199.728.664.762,06
Juros Nominais (Encargos + Atualização Monetária)	102.022.107.823,57	214.932.474.952,93	316.954.582.776,50

Valores em R\$

Pagamento de Juros da DPMFi - 2014	BACEN	Mercado	Total
Atualização Monetária	49.698.623.574,18	70.729.598.641,83	120.428.222.216,01
Juros Reais (Encargos)	59.970.289.335,43	99.442.780.835,98	159.413.070.171,41
Juros Nominais (Encargos + Atualização Monetária)	109.668.912.909,61	170.172.379.477,81	279.841.292.387,42

Valores em R\$

Pagamento de Juros da DPMFi - 2013	BACEN	Mercado	Total
Atualização Monetária	22.048.375.301,11	72.469.634.667,29	94.518.009.968,40
Juros Reais (Encargos)	40.871.577.693,60	89.896.367.210,91	130.767.944.904,51
Juros Nominais (Encargos + Atualização Monetária)	62.919.952.994,71	162.366.001.878,20	225.285.954.872,91

Adicionalmente informamos que estes dados estão disponíveis no *site* do tesouro, tabela "**Execução Orçamentária e Financeira da Dívida Pública Federal por Natureza da Despesa**" (fazer download no link abaixo):

<http://www.tesourotransparente.gov.br/ckan/dataset?tags=D%C3%ADvida+P%C3%BAblica+Federal>

Para facilitar a pesquisa, informamos o detalhamento dos dados apresentados na tabela.

Atualização monetária: Filtrar o(s) ano(S) desejados na coluna "Exercício". Filtrar o tipo de dívida (Interna ou Externa) na coluna Tipo de Dívida. Filtrar a(s) carteira(s) desejada(s) na coluna "Carteira". Filtrar os valores "ATUALIZACAO MONETARIA DIVIDA MOB. REFINANCIADA" e "ATUALIZACAO MONETARIA DIVIDA MOB. RESGATADA" na coluna "Natureza Despesa Detalhada Nome". As colunas seguintes apresentarão os valores por mês.

Juros reais: Filtrar o(s) ano(S) desejados na coluna "Exercício". Filtrar o tipo de dívida (Interna ou Externa) na coluna Tipo de Dívida. Filtrar a(s) carteira(s) desejada(s) na coluna "Carteira". Filtrar o valor "JURÓS DA DÍVIDA MOBILIÁRIA" na coluna "Natureza Despesa Detalhada Nome". As colunas seguintes apresentarão os valores por mês.

Juros Nominais (Encargos + atualização monetária): Corresponde ao somatório de atualização monetária e juros reais (passos anteriores).

k) Qual a fórmula (expressão matemática do cálculo da atualização monetária) e os valores utilizados para o cálculo da atualização monetária, ou seja, qual foi o estoque da dívida considerado e qual foi o índice de atualização (em percentual), de 2013 a 2017?

O cálculo da atualização monetária é realizado pelo Sistema de Controle da Dívida (SID). Abaixo segue metodologia simplificada, que elucida de maneira geral a expressão matemática do cálculo. O cálculo completo possui maior complexidade, uma vez que considera conceitos como o de preço médio.

$$AM = VE * \frac{IGP - M \text{ mês do cálculo}}{IGP - M \text{ mês anterior à data de emissão}} - 1$$

Onde:

AM: Atualização Monetária

VE: Valor de Emissão

- **Atualização Monetária:** Decorre da atualização do valor líquido de emissão pela aplicação do IGP-M, definido nas leis de diretrizes orçamentárias. Na resposta seguinte é especificado o índice utilizado.

l) Qual o valor do índice de atualização monetária utilizado em cada ano, de 2013 a 2017 para atualizar a dívida pública federal?

A variação do Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M), da Fundação Getúlio Vargas, é o índice utilizado para cálculo da atualização monetária dos títulos da DPMF-i:

IGPM Acumulado	
2017	-0,5326
2016	7,1907
2015	10,5443
2014	3,6749
2013	5,5257

m) Qual o fundamento legal que determina a atualização monetária paralela de toda a dívida pública federal?

A atualização monetária permite manter o valor principal da dívida em uma base variável definida, de forma a evitar grandes oscilações ocorridas em outros índices de atualização monetária, como é o caso do dólar dos Estados Unidos da América, utilizado na atualização do valor nominal de alguns títulos públicos, como a NTN-D e a NTN-I.

O Art. 5º, § 3º, da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF estabelece limites a esta atualização, conforme transcreve-se a seguir:

Art. 5º O projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com as normas desta Lei Complementar:

§ 3º A atualização monetária do principal da dívida mobiliária refinanciada não poderá superar a variação do índice de preços previsto na lei de diretrizes orçamentárias, ou em legislação específica. (sem destaques no original)

Pela regra da LRF, percebe-se que o índice que servirá de limite para aquela atualização monetária deverá estar previsto na lei de diretrizes orçamentárias ou em legislação específica. Neste contexto a Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017 (**Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2018**) define que o Índice Geral de Preços – Mercado – IGP-M divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, deve servir como parâmetro para a atualização. Vejamos:

“Art. 86. A atualização monetária do principal da dívida mobiliária refinanciada da União não poderá superar, no exercício de 2018, a variação do Índice Geral de Preços - Mercado - IGP-M da Fundação Getúlio Vargas. (sem destaques no original).”

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente

ANDRÉ PROITE

Coordenador da CODIV



Dóculo assinado eletronicamente por **Andre Proite, Coordenador(a)-Gral de Controle da Dívida Pública**, em 09/07/2018, às 17:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0857312** e o código CRC **3EECA660**.

Ao Senhor Coordenador de Suporte a Assuntos Econômicos, Legislativos e de Comunicação

Assunto: **Resposta ao Memorando SEI nº 289/2018/ASSES/STN-MF - Requerimento de Informação nº 3575/2018**

Referência: Ao responder este Memorando, favor indicar expressamente o Processo nº 12100.101446/2018-49.

1. Refiro-me ao Memorando SEI nº 289/2018/ASSES/STN-MF, o qual solicita resposta desta COFIN aos itens 7 e 8 do Requerimento de Informação nº 3575/2018, proveniente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, encaminhado pelo Gabinete do Ministro da Fazenda, por meio do SEI nº 208/2018/CODEP/AAP/GMF-MF, de 25/05/2018.

2. A propósito do assunto, apresento abaixo os esclarecimentos cabíveis acerca dos itens 7 e 8 do referido Requerimento de Informação:

"7) Qual a composição detalhada, por fonte de recurso, e por tipo de fonte (primária e não-primária) do estoque de recursos disponíveis na Conta Única do Tesouro, mantida no Banco Central: "

a) no último dia (31/12) de cada ano, nos últimos 5 (cinco) anos, ou seja entre 2013 e 2017;

b) disponíveis na data de resposta deste Requerimento de Informações;

- Resposta COFIN: Informo que esta Secretaria do Tesouro Nacional -STN não dispõe das informações relativas ao estoque de recursos da Conta Única do Tesouro Nacional na forma solicitada no Requerimento de Informação, qual seja, detalhada por fonte de recurso e por tipo de resultado (primário e não-primário). Por oportuno, esclareço que esta Secretaria anualmente publica no Relatório Resumido de Execução Orçamentária - RREO o demonstrativo do superávit financeiro por fonte de recursos, podendo ser obtido a partir do endereço eletrônico: <https://www.tesouro.fazenda.gov.br/demonstrativos-fiscais>. Na oportunidade, encaminho, em anexo, os referidos demonstrativos relativos ao exercícios de 2013 a 2017, que podem ser consultados nos respectivos endereços eletrônicos:

- o <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/352657/RREOfev2014.pdf>;
- o <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/352657/RREOfev2015.pdf>
- o <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/352657/RREOfev2016.pdf>
- o <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/352657/RREOfev2017.pdf>
- o <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/352657/RREOfev2018.pdf>

"8) Apresentar demonstrativo de ingressos e saídas de recursos da referida conta, agrupando-se os recursos por grupos de receita (por tipo) e despesas (por função), nos últimos 5 (cinco) anos, de 2013 a 2017."

- Resposta COFIN: Informo que esta Secretaria do Tesouro Nacional -STN não dispõe de demonstrativo de ingressos e saídas da Conta Única do Tesouro Nacional (extrato bancário da Conta Única - conta Banco Central) agrupadas por tipo de receita e por função, respectivamente. Não obstante, disponibilizo informações anualizadas relativas à totalidade dos ingressos e saídas da Conta Única do Tesouro Nacional, no período requerido, ressaltando que tais informações são apuradas a partir das movimentações financeiras extraídas do Sistema de Operação do Tesouro Nacional que não contemplam informações orçamentárias nas mensagens de transferência financeira...

Fluxo da Conta Única do Tesouro Nacional

R\$ milhões

	2013	2014	2015	2016	2017
Ingressos	2.938.282,3	3.411.184,1	4.091.338,7	4.230.897,4	3.853.989,3
Saídas	2.902.718,3	3.461.228,8	3.815.327,1	4.073.007,8	3.814.085,0

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente
FABIANO MAIA PEREIRA
Coordenador-Geral de Programação Financeira

De acordo,

Documento assinado eletronicamente
ADRIANO PEREIRA DE PAULA
Subsecretário de Gestão Fiscal



Documento assinado eletronicamente por **Fabiano Maia Pereira, Coordenador(a)-Geral de Programação Financeira**, em 11/07/2018, às 09:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Adriano Pereira de Paula, Subsecretário(a) de Política Fiscal**, em 11/07/2018, às 11:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

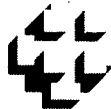


A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0844224** e o código CRC **B1245ED4**.

Referência: Processo nº 12100.101446/2018-49.

SEI nº 0844224

Criado por flavia.giannetti, versão 25 por cristina.nepomuceno em 10/07/2018 18:13:02.



12100.101446/2018-49
SEI/Protocolo/MF

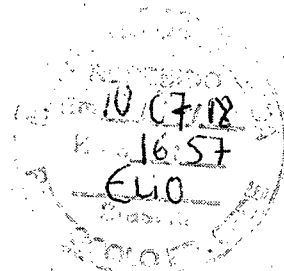
BANCO CENTRAL DO BRASIL

Ofício 12240/2018-BCB/Aspar
PE 128742

Brasília, 10 de julho de 2018.

A Sua Senhoria o Senhor
Philippe Barbosa
Chefe da Assessoria para Assuntos Parlamentares do Ministério da Fazenda
Ministério da Fazenda – Esplanada dos Ministérios – Bloco "P"
70048-900 – Brasília – DF

Assunto: Requerimento de Informação nº 3.575, de 2018.



Senhor Chefe,

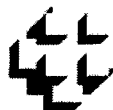
Reportamo-nos aos Ofícios SEI nºs 82 e 104/2018/CODEP/AAP/GMF-MF, de 25 de maio e 25 de junho de 2018, respectivamente, por meio dos quais essa Assessoria para Assuntos Parlamentares encaminhou, para exame e manifestação, o Requerimento de Informação nº 3.575, de 2018, de autoria da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, que solicita ao Ministro de Estado da Fazenda informações sobre estatísticas do estoque de títulos públicos federais e sobre a utilização de títulos da dívida pública nas Operações Compromissadas.

2. A propósito, encaminhamos a V.Sa. a anexa Nota 596/2018-BCB/DIRET, de 10 de julho de 2018, com as informações prestadas pela Diretoria de Política Monetária deste Banco Central.

Atenciosamente,

David Falcão
Chefe da Aspar

Anexo: Nota 596/2018-BCB/DIRET, de 10 de julho de 2018.



BANCO CENTRAL DO BRASIL

NOTA 596/2018-BCB/DIRET, BRASÍLIA, 10 DE JULHO DE 2018.

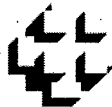
Requerimento de Informação (RIC) nº 3.575/2018, de autoria da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados (CFFC), que solicita ao Ministro de Estado da Fazenda informações sobre estatísticas do estoque de títulos públicos federais e sobre a utilização de títulos da dívida pública nas Operações Compromissadas. PE 128742

Trata-se do Ofício SEI nº 104/2018/CODEP/AAP/GMF-MF, de 25 de junho de 2018, por meio do qual a Assessoria para Assuntos Parlamentares do Ministério da Fazenda encaminha, para exame, o Requerimento de Informação (RIC) nº 3.575/2018, de autoria da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados (CFFC), que solicita ao Ministro de Estado da Fazenda informações sobre estatísticas do estoque de títulos públicos federais e sobre a utilização de títulos da dívida pública nas Operações Compromissadas.

2. A seguir são apresentadas repostas às questões formuladas pelo parlamentar, na ordem em que foram apresentadas:

"1) Segundo informações do SIAFI, o orçamento federal previsto para 2017 foi de 3,415 trilhões de reais, mas somente 2,483 trilhões foi efetivamente executado. A diferença desse montante, que chega a um total de 932 bilhões, é desconhecida. Que destinação foi dada a esse recurso previsto e não executado?"

Resposta: No ordenamento institucional do país, o acompanhamento e a avaliação da execução orçamentária do Governo Federal não estão sob responsabilidade do Banco Central do Brasil BCB, cabendo à Instituição o gerenciamento das políticas monetária e cambial e a regulação e supervisão do Sistema Financeiro Nacional. Sugere-se, assim, que o questionamento seja dirigido ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG), que é o órgão central do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, conforme previsto no art. 4º da Lei nº 10.180, de 2001, sendo diretamente responsável pela elaboração, acompanhamento e avaliação dos orçamentos anuais.



BANCO CENTRAL DO BRASIL

"2) Solicito o envio, a esta CFFC, do estudo de impacto orçamentário e financeiro do PL 9.248/2017, conforme exigência legal prevista no artigo 16 da LRF, art. 117 da LDO 2017 e o art. 112 da LDO 2018."

Resposta: O novo instrumento, depósitos voluntários, terá custo semelhante ao das operações compromissadas, de forma que, ao ser utilizado em complemento a elas, o impacto no orçamento relativo ao depósito voluntário deverá ser compensado pela redução, ou não elevação, na mesma proporção, das despesas com o instrumento principal (operações compromissadas). Ou seja, como os depósitos servirão ao mesmo objetivo que o das operações compromissadas, isto é, regular a liquidez do sistema bancário de forma que a taxa Selic seja mantida próxima à meta estabelecida pelo Copom, a utilização de um deles reduzirá, em igual montante, a necessidade da utilização do outro.

A proposta de uso de depósitos voluntários pelo BCB tem como objetivo ampliar e aperfeiçoar os instrumentos para a administração da liquidez bancária para atendimento dos objetivos de política monetária.

As principais motivações para a introdução do novo instrumento são a sua eficácia para absorção de excedentes de liquidez, o seu baixo custo de implementação e a facilidade de entendimento pelos agentes econômicos. Além disso, o instrumento é utilizado por bancos centrais em países em que há a necessidade de se administrar excedentes de reservas bancárias, como os Estados Unidos e a Inglaterra.

Como o mercado brasileiro atualmente trabalha com excedentes de liquidez, o uso dos depósitos voluntários levaria o BCB a dispor de instrumento complementar para a absorção desse excedente, mantendo a taxa Selic em conformidade com as decisões de política monetária. Atualmente, para essa finalidade, o BCB somente dispõe das operações de venda de títulos públicos de sua carteira, com compromisso de recompra, as operações compromissadas.

Importa ressaltar que as operações compromissadas continuarão a desempenhar o papel de principal instrumento do BCB para administração da liquidez bancária, e que a introdução dos depósitos, caso aprovada, será feita de forma gradual e parcimoniosa.

Análogo ao que já ocorre com as operações compromissadas, o BCB faria uso dos depósitos sempre alinhado às diretrizes estabelecidas pelo Comitê de Política Monetária (Copom). Assim, a introdução do instrumento, por si só, não levaria à restrição da oferta de crédito ou ao aumento da taxa de juros.

"3) Quais são os nomes de todas as pessoas físicas e jurídicas detentoras os títulos da dívida interna pública federal (DPMFi), inclusive a parcela de títulos detidos pelo Banco Central? Solicita-se, discriminar por categoria de credor (conforme detalhado abaixo), o valor dos títulos detidos por cada pessoa física ou jurídica, discriminando-se os detentores nacionais e estrangeiros de cada uma das categorias abaixo:

a. Bancos

b. Fundos de Investimento

Diretoria de Política Monetária (Dipom)
SBS - Quadra 3 - Bloco B - Edifício-Sede - 21º andar
70074-900 Brasília - DF
Tel.: (61) 3414-1700/3442/3427
E-mail: secre.dipom@bcb.gov.br



BANCO CENTRAL DO BRASIL

- c. Fundos de Pensão ou Entidades de Previdência (Fechada e Aberta)*
- d. Outras instituições Financeiras*
- e. Pessoas Jurídicas Não Financeiras*
- f. Pessoas Físicas*
- g. Pessoas Físicas ou Jurídicas não residentes no Brasil*
- h. Outros credores”*

Resposta: Na Tabela 1, é mostrado o saldo da dívida pública federal interna em poder do público e do BCB registrado no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic), no último dia útil de março de 2018, decomposto de acordo com as categorias de detentor elencadas pelo Deputado.

Tabela 1 – Estoque da DPMFi custodiada no Selic – março/2018.

Detentor	Nº de detentores por classe	Volume financeiro (R\$ milhões)
Banco Central do Brasil	1	1.723.085
Bancos	155	757.410
Fundos de investimento	7.892	1.927.603
Fundos de Pensão ou Entidades de Previdência (Fechada e Aberta)	217	151.185
Outras instituições financeiras	210	15.150
Pessoas jurídicas não financeiras	2.394	147.520
Pessoas físicas	638.781	73.905
Pessoas físicas ou jurídicas não residentes	1.910	396.260
Outros credores	13	1.174
Total - BCB	1	1.723.085
Total - público	651.572	3.470.206

A identificação dos detentores da Dívida pública mobiliária federal interna (DPMFi) encontra-se ao abrigo do dever de sigilo de que trata a Lei Complementar nº 105, de 2001, razão pela qual não é possível o fornecimento da relação nominal de seus credores, salvo mediante deliberação do Plenário da Casa Legislativa, na forma do art. 4º, § 2º, da referida lei.

“4) Quem são as pessoas físicas e jurídicas credoras finais da dívida interna pública federal em títulos (DPMFi), assim constituídas mediante fundos de investimento, operações compromissadas nos mercados primário e secundário, além de outras aplicações bancárias? Solicita-se discriminar por categoria de credor (conforme detalhado abaixo), o valor dos títulos detidos por cada pessoa física ou jurídica, discriminando-se os detentores nacionais e estrangeiros de cada uma das categorias abaixo:

- a. Bancos*
- b. Fundos de Investimento*
- c. Fundos de Pensão ou Entidades de Previdência (Fechada e Aberta)*
- d. Outras instituições Financeiras*



BANCO CENTRAL DO BRASIL

e. Pessoas Jurídicas Não Financeiras

f. Pessoas Físicas

g. Pessoas Físicas ou Jurídicas não residentes no Brasil

h. Outros credores."

Resposta: Na Tabela 2, é apresentado o estoque das operações compromissadas efetuadas pelo BCB, no último dia útil de março de 2008, segmentado com base nas categorias de detentor sugeridas pelo Deputado.

Tabela 2 – Estoque das operações compromissadas – março/2018.

Detentor	Nº de detentores por classe	Volume financeiro (R\$ milhões)
Bancos	30	1.091.021
Fundos de Investimento	-	-
Fundos de Pensão ou Entidades de Previdência (Fechada e Aberta)	-	-
Outras instituições financeiras	2	1.544
Pessoas jurídicas não financeiras	-	-
Pessoas físicas	-	-
Pessoas físicas ou jurídicas não residentes	-	-
Outros credores	-	-
Total	32	1.092.565

Tal como mencionado nos esclarecimentos da questão 3, as instituições que figuram como contrapartes das operações compromissadas do BCB também estão ao abrigo do dever de sigilo de que trata a Lei Complementar nº 105, de 2001, sendo, portanto, legalmente impossibilitada a exibição de relação nominal dessas instituições.

A Tabela 3 evidencia o estoque em poder dos fundos de investimento regulados pela CVM, segmentado pelo tipo de cotista.

Tabela 3 – Estoque da DPMFi em poder dos fundos de investimentos regidos pela Instrução CVM nº 555 – março/2018.



BANCO CENTRAL DO BRASIL

Detentor	Volume financeiro (R\$ milhões)
Bancos	18.703
Fundos de Pensão ou Entidades de Previdência (Fechada e Aberta)	647.502
Outras instituições financeiras	16.641
Pessoas jurídicas não financeiras	405.446
Pessoas físicas	193.587
Pessoas físicas ou jurídicas não residentes	18.908
Outros credores	521.476
Total	1.822.264

A classificação dos cotistas segue as categorias apresentadas pelo Deputado. No tocante aos credores da DPMFi por meio da aquisição de cotas de fundos de investimento, cumpre esclarecer que as atividades de regulação e fiscalização dos fundos de investimento são de competência da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e, por essa razão, o BCB não dispõe de informações primárias acerca dos detentores (cotistas) dessas aplicações financeiras. Contudo, registra-se que a CVM, respeitando o dever de sigilo bancário, encaminha mensalmente ao BCB dados referentes à composição dos fundos de investimento por ela regulados.

“5) Qual o valor da parcela da Dívida Pública Mobiliária Federal (DPMFi) detida por Entidades Fechadas de Previdência?”

Resposta: A Tabela 4 apresenta o estoque da DPMFi em poder das entidades fechadas de previdência, inclusive com a posição detida por meio de fundos de investimento.

Tabela 4 – Estoque da DPMFi em poder das entidades fechadas de previdência – março/2018.

Detentor	Volume financeiro (R\$ milhões)
Entidades Fechadas de Previdência	143.953
Entidades Fechadas de Previdência - cotistas de fundos de investimento	237.363
Total	381.316

“6) Por que razão as tabelas contendo dados estatísticos do estoque do montante de Títulos Públicos Federais (DFMFi, separando-se o montante de títulos sob responsabilidade do Banco Central e fora do BC, discriminados por tipo de título), e do estoque das Operações Compromissadas (e respectivos prazos) foram suprimidas da página do Banco Central na internet, conforme exemplos a seguir, informando adicionalmente quando a publicação das mesmas, no mesmo formato, será restabelecido:

a) Estoque de Títulos Públicos Federais:

b) Estoque de Operações Compromissadas:”



BANCO CENTRAL DO BRASIL

Resposta: Os 'dados estatísticos do estoque do montante de Títulos Públicos Federais (DFMFi, separando-se o montante de títulos sob responsabilidade do Banco Central e fora do BC, discriminados por tipo de título), e do estoque das Operações Compromissadas (e respectivos prazos)' não 'foram suprimidos da página do Banco Central na internet'.

As referidas estatísticas eram incluídas na Nota para a Imprensa – Estatísticas Fiscais (antigos Quadros 36 e 37), divulgada mensalmente pelo BCB. A partir de março de 2018 (data-base fevereiro), a Nota para Imprensa – Estatísticas Fiscais foi reformulada, buscando maior foco nas estatísticas de resultados fiscais e de endividamento público, o que implicou a agregação de novas estatísticas (por exemplo, os cronogramas de vencimentos da Dívida Líquida do Setor Público – DLSP e da Dívida Bruta do Governo Geral – DBGG, entre outros), enquanto outras estatísticas – incluindo as em comento nesta resposta – passaram a ser disponibilizados em outros links na página do BCB na internet.

Os itens a e b, a seguir, detalham a localização e disponibilidade dessas estatísticas:

a. No caso das estatísticas sobre o estoque dos títulos públicos federais (item 1 da questão 6, antigo Quadro 36), tabela idêntica à anteriormente publicada na Nota para a Imprensa – Estatísticas Fiscais está disponível nas **Séries Temporais – Tabelas Especiais** (ver a tabela especial '**Dívida mobiliária federal - estoque, perfil de vencimentos e participação por indexador**', planilha '**Estoque Posição de Carteira**'), no endereço <http://www.bcb.gov.br/htms/Infecon/seriehistDLSPDivMobFed.asp>.

Ressalte-se que a tabela incluída no link Tabelas Especiais não sofre limitação temporal tal qual a tabela anteriormente incluída na Nota para a Imprensa referida (estatísticas mensais apenas a partir de janeiro de 2016), isto é, a tabela atualmente publicada pelo BCB informa, em arquivo eletrônico único, toda a série disponível para as variáveis, iniciada em abril de 2000.

Ressalte-se que informações sobre o estoque de títulos públicos federais - incluindo composição, prazo médio e estrutura de vencimentos - também são divulgadas na Nota para a Imprensa - Mercado Aberto (disponível no endereço eletrônico <http://www.bcb.gov.br/htms/infecon/demab/default.asp>);

b. As estatísticas sobre o estoque de operações compromissadas e seus prazos de vencimento (item 2 da questão 6, antigo Quadro 37), podem ser consultadas, com maior detalhamento sobre prazos e modalidades, na **Tabela 3 da Nota para a Imprensa - Mercado Aberto**, no endereço <http://www.bcb.gov.br/htms/infecon/demab/default.asp>.

As tabelas abaixo apresentam comparativo da comparabilidade entre os dados apresentados no antigo Quadro 37 e na referida Tabela 3 da Nota para a Imprensa (Tabela 5), inclusive com a ilustração dos dados referentes ao mês de dezembro de 2017 (Tabela 6), de forma a comprovar que as mesmas informações do antigo Quadro 37 estão disponíveis, com maior desagregação (de 6 para 10 aberturas), na Tabela 3.

Ressalte-se, por fim, que, na opinião do BCB, a Nota para a Imprensa – Mercado Aberto é o instrumento de divulgação mais adequado para a apresentação de estoques e prazos das operações compromissadas, visto que constituem uma das modalidades das operações de mercado aberto. Adicionalmente, essa

9



BANCO CENTRAL DO BRASIL

medida implica racionalização de recursos, na medida que evita duplicação de esforços na publicação das mesmas estatísticas.

Tabela 5 – Comparação das informações anteriormente publicadas no Quadro XXXVII da Nota para a Imprensa – Estatísticas Fiscais e que permanecem sendo publicadas na Tabela 3 da Nota para a Imprensa – Mercado Aberto.

Discriminação das operações por prazo e correspondência entre antigo Quadro XXXVII e Tabela 3	
Antigo Quadro XXXVII da Nota para a Imprensa - Estatísticas Fiscais	Tabela 3 da Nota para a Imprensa - Mercado Aberto
Até 1 mês	Operações até 13 dias corridos Operações de 2 semanas a 1 mês
Acima de 1 mês	Operações de 3 meses Operações de 5 meses Operações de 6 meses Operações de 7 meses
Curto prazo	Operações até 13 dias corridos
De 2 semanas a 3 meses	Operações de 2 semanas a 3 meses
Acima de 3 meses	Operações de 3 a 7 meses
Total	Total

Tabela 6 – Comparação das informações anteriormente publicadas no Quadro XXXVII da Nota para a Imprensa – Estatísticas Fiscais e que permanecem sendo publicadas na Tabela 3 da Nota para a Imprensa – Mercado Aberto. Ilustração com os dados para dezembro de 2017.

Tabela 3 da Nota para a Imprensa - Mercado Aberto
SALDO LÍQUIDO E PRAZO A DECORRER DAS OPERAÇÕES COMPROMISSADAS - QUADRO RESUMO
BALANCE AND AVERAGE TERM TO MATURITY OF REPO OPERATIONS - SUMMARY TABLE

DATA	PREFIXADAS DE PRAZO ATÉ 1 MÊS - DOADORAS			PREFIXADAS DE PRAZO ATÉ 13 DIAS CORRIDOS - TOMADORAS			POS-FIXADAS DE 2 SEMANAS A 1 MÊS - TOMADORAS			PREFIXADAS DE 2 SEMANAS A 3 MESES - TOMADORAS			PREFIXADAS DE 3 MESES			PREFIXADAS DE 5 MESES			PREFIXADAS DE 6 MESES			PREFIXADAS DE 7 MESES			PREFIXADAS DE 3 A 7 MESES			TOTAL		
	SALDO (R\$)	PRAZO (DIAS)	%	SALDO (R\$)	PRAZO (DIAS)	%	SALDO (R\$)	PRAZO (DIAS)	%	SALDO (R\$)	PRAZO (DIAS)	%	SALDO (R\$)	PRAZO (DIAS)	%	SALDO (R\$)	PRAZO (DIAS)	%	SALDO (R\$)	PRAZO (DIAS)	%	SALDO (R\$)	PRAZO (DIAS)	%	SALDO (R\$)	PRAZO (DIAS)	%	SALDO (R\$)	PRAZO (DIAS)	%
2017 Dez	0,0	0	0%	324,0	1	32%	0,0	0	0%	719,2	22	23%	94,7	29	0%	0,0	0	0%	112,7	63	31%	0,0	0	0%	183,0	46	19%	1.043,4	28	100%

Antigo Quadro XXXVII da Nota para a Imprensa - Estatísticas Fiscais

Quadro XXXVII - Operações compromissadas - Mercado aberto

Saldo e participações

DATA	SALDO (R\$)	PRAZO (DIAS)	%	SALDO (R\$)	PRAZO (DIAS)	%	SALDO (R\$)	PRAZO (DIAS)	%	SALDO (R\$)	PRAZO (DIAS)	%	SALDO (R\$)	PRAZO (DIAS)	%	SALDO (R\$)	PRAZO (DIAS)	%
2017 Dez	124.797	120	12%	918.506	80	80%	1043.403	80	80%	124.797	120	12%	118.832	63	62%	196.774	19	19%

Diretoria de Política Monetária (Dipom)
SBS - Quadra 3 - Bloco B - Edifício-Sede - 21º andar
70074-900 Brasília - DF
Tel.: (61) 3414-1700/3442/3427
E-mail: secre.dipom@bc.gov.br



BANCO CENTRAL DO BRASIL

"7) Qual a composição detalhada, por fonte de recurso, e por tipo de fonte (primária e não-primária) do estoque de recursos disponíveis na Conta Única do Tesouro, mantida pelo Banco Central:

a) no último dia (31/12) de cada ano, nos últimos 5 (cinco) anos, ou seja, entre 2013 e 2017;

b) disponíveis na data de resposta deste Requerimento de Informações;"

Resposta: O BCB, embora seja o depositário das disponibilidades de caixa da União, conforme prevê o parágrafo 3º do art. 164 da Constituição Federal, não é responsável pela gestão dos recursos da Conta Única do Tesouro, não dispondo, destarte, das informações solicitadas. Sugere-se, portanto, que o questionamento seja dirigido à Secretaria do Tesouro Nacional (STN), órgão responsável pelo gerenciamento da Conta Única do Tesouro Nacional (inciso I do art. 32 do Decreto nº 9.003, de 2017).

"8) Apresentar demonstrativo de ingressos e saídas de recursos da referida conta, agrupando-se os recursos por grupos de receitas (por tipo) e despesas (por função), nos últimos 5 (cinco) anos, de 2013 a 2017."

Resposta: O BCB, embora seja o depositário das disponibilidades de caixa da União, conforme prevê o parágrafo 3º do art. 164 da Constituição Federal, não é responsável pela gestão dos recursos da Conta Única do Tesouro, não dispondo, destarte, das informações solicitadas. Sugere-se, portanto, que o questionamento seja dirigido à STN, órgão responsável pelo gerenciamento da Conta Única do Tesouro Nacional (inciso I do art. 32 do Decreto nº 9.003, de 2017).

"9) Qual o montante total dos juros nominais pagos em cada ano, nos últimos 5 (cinco) anos, de 2013 a 2017, considerando-se a totalidade de títulos emitidos, inclusive os que se encontram em poder do BC?"

Resposta: Sugere-se que o questionamento seja dirigido à STN, que é o órgão responsável pela gestão da Dívida Pública Federal (DPF) e dos sistemas de registro contábeis e orçamentários do Governo Federal (incisos V, XVIII e XXIV do art. 32 do Decreto nº 9.003, de 2017).

"10) Qual o valor anual das parcelas referentes ao valor dos 'Juros e Encargos da Dívida' (como tem sido informado no SIAFI) e ao valor da parcela referente à atualização monetária da dívida (contabilizada como 'Amortização'), de 2013 a 2017?"

Resposta: O BCB não dispõe das informações solicitadas, uma vez que a gestão da DPF e do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) não estão sob sua responsabilidade. Sugere-se, portanto, que o questionamento seja dirigido à STN, que é o órgão responsável pela gestão da DPF e dos sistemas de registro contábeis e orçamentários do Governo Federal (incisos V, XVIII e XXIV do art. 32 do Decreto nº 9.003, de 2017).



BANCO CENTRAL DO BRASIL

"11) Qual a fórmula (expressão matemática do cálculo da atualização monetária) e os valores utilizados para o cálculo da atualização monetária, ou seja, qual foi o estoque da dívida considerado e qual foi o índice de atualização (em percentual), de 2013 a 2017?"

Resposta: O BCB não dispõe das informações solicitadas, uma vez que a gestão da DPF não se encontra sob sua responsabilidade. Sugere-se que o questionamento seja dirigido à STN, órgão que possui tal competência (inciso V do art. 32 do Decreto nº 9.003, de 2017).

"12) Qual o valor do índice de atualização monetária utilizado em cada ano, de 2013 a 2017 para atualizar a dívida pública federal?"

Resposta: O BCB não dispõe das informações solicitadas, uma vez que a gestão da DPF não se encontra sob sua responsabilidade. Sugere-se que o questionamento seja dirigido à STN, órgão que possui tal competência (inciso V do art. 32 do Decreto nº 9.003, de 2017).

"13) Qual o fundamento legal que determina a atualização monetária paralela de toda a dívida pública federal?"

Resposta: Considerando que o BCB não é o órgão responsável pela gestão da DPF, sugere-se que o questionamento seja dirigido à STN, órgão que possui tal competência (inciso V do art. 32 do Decreto nº 9.003, de 2017).

Reinaldo Le Grazie
Diretor de Política Monetária

TABELA 12 - DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2013

Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012 - LDO, art. 38, §10 e §11.		R\$ milhares
00 RECURSOS ORDINARIOS	00	17.264.507
01 IMPOSTO S/RENTA E S/PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	01	366.651
02 IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	02	158.927
06 CONTR.FUNDO DE SAUDE POL.MIL.BOMBEIROS DO DF	06	1.734
08 RECURSOS DO FUNDO SOCIAL	08	93.110
11 CONTRIB.DERIV.PETROLEO.COMB.COM.-CIDE	11	1.949.645
12 RECURSOS DEST.A MANUT.E DES.DO ENSINO	12	1.855.635
13 CONTRIBUICAO DO SALARIO-EDUCACAO	13	1.922.770
15 CONTRIBUICAO P/OS PROG.ESPECIAIS-PIN-PROTERRA	15	-29.433
16 REC.OUTORGA DE DIR.DE USO DE REC.HIDRICOS-ANA	16	488
17 REC.ORIUNDOS CONTR.VOLUNTÁRIAS MONTEPIO CIVIL	17	4.878
18 CONTRIBUIÇÕES SOBRE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS	18	3.263.092
19 IMPOSTO S/OPERACOES FINANCEIRAS-OURO	19	3.698
20 CONTR.S/ARREC.FUNDO INVESTIMENTOS REGIONAIS	20	78.102
22 RENDA LIQUIDA DE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS	22	18.321
23 CONTRIBUICAO P/ CUSTEIO DE PENSOES MILITARES	23	34.174
27 CUSTAS E EMOLUMENTOS - PODER JUDICIARIO	27	528.749
29 RECURSOS DE CONCESSOES E PERMISSOES	29	9.621.132
30 CONTRIBUICAO P/O DES.DA IND.CINEMAT.NACIONAL	30	874.661
31 SELOS DE CONTROLE.LOJAS FRANCAS-FUNDAF	31	23.793
32 JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINIST.PELA SRF/SF	32	8.136.483
33 RECURSOS DO PROG. DE ADM. PATRIM. IMOBILIARIO	33	84.497
34 COMPENSAÇOES FINANC.P/UTILIZ.DE REC.HIDRICOS	34	1.112.278
35 COTA-PARTE ADIC. FRETE RENOV.MARINHA MERCANTE	35	869.356
37 COTA-PARTE DOS PREÇOS DE REAL.DOS COMB.AUTOM.	37	398
38 COTA-PARTE DE COMPENSAÇOES FINANCEIRAS	38	4
39 ALIENACAO DE BENS APREENDIDOS	39	699.590
40 CONTRIBUIÇÕES PARA OS PROGRAMAS PIS/PASEP	40	2.000.217
41 COMPENSAÇOES FINANC.P/EXPLOR.DE REC.MINERAIS	41	654.826
42 COMPENS.FINANC.P/EXPL.DE PETR.OU GAS.NATURAL	42	27.330.526
43 REFINANCIAMENTO DA DIV. PUBL. MOBIL. FEDERAL	43	210.211.486
44 TITULOS DE RESPONSABILID. DO TESOURO NACIONAL	44	8.455.654
45 REC.PROD.DE PETRÓLEO/GÁS NAT.CAMADA PRÉ-SAL	45	1.178.915
46 OPERACOES DE CREDITO INTERNAS - EM MOEDA	46	332.955
48 OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS - EM MOEDA	48	1.634.553
50 RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	50	43.533.455
51 CONTR.SOCIAL S/O LUCRO DAS PESSOAS JURIDICAS	51	4.011.537
52 RESULTADO DO BACEN	52	0
53 CONTRIBUICAO P/FINANCIAM.DA SEGURIDADE SOCIAL	53	2.001.252
54 RECURSOS DO REGIME GERAL DE PREVID.SOCIAL	54	-2.277.120
55 CONTRIB. PROVISORIA S/MOVIMENTACAO FINANCEIRA	55	0
56 CONTRIBUICAO PLANO SEGURIDADE SOCIAL SERVIDOR	56	188.117
57 RECEITAS DE HONORARIOS DE ADVOGADOS	57	652.448
58 MULTAS INCIDENTES S/RECEITAS ADMIN. P/ SRF-MF	58	1.139.409
59 REC.OPER.OF.CRED.-RET.REF.DIV.MED. E L.PRAZOS	59	2.224.842
60 RECURSOS DAS OPERACOES OFICIAIS DE CREDITO	60	3.826.425
62 REFORMA PATRIMONIAL - ALIENACAO DE BENS	62	614
63 REFORMA PATRIMONIAL - PRIVATIZACOES	63	0
66 OUTROS RECURSOS VINCULADOS	66	0
67 NOTAS DO TES.NAC. - SERIE "P" - MOEDA CORRENTE	67	1
69 CONTRIB.PATRONAL P/PLANO DE SEGURID.SOC.SERV.	69	-67.850
70 RECURSOS DE EMPRESTIMOS COMPULSORIOS	70	0
71 REC.DAS OPER.OF.DE CREDITO-RET.DE OC.-BEA/BIB	71	41.394
72 OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONOMICAS	72	7.478.468
73 REC.DAS OPER.OF.DE CREDITO-RET.DE OC.EST.MUN.	73	4.728.342
74 TX/MUL.P/PODER DE POLICIA E MUL.PROV.PROC.JUD	74	6.797.773
75 TAXAS POR SERVICOS PUBLICOS	75	1.145.226
76 OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	76	2.802.933
77 FONTE A CLASSIFICAR	77	12.356
78 FUNDO DE FISCALIZACAO DAS TELECOMUNICACOES	78	5.654.392
79 FUNDO DE COMBATE A ERRADICACAO DA POBREZA	79	0
80 RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	80	88.148.002
81 RECURSOS DE CONVENIOS	81	201.998
82 RESTTT. RECURSOS DE CONVENIOS E CONGENERES	82	804.174
83 PAGAMENTO PELO USO DE RECURSOS HIDRICOS	83	8.213
84 CONTRIBUIÇÕES S/REMUN.DEV.AO TRABALHADOR-FGTS	84	4.846.468
85 DESV.PARCIAL DE REC.DA COTA-PARTE COMP.FINAN	85	0
86 OUTRAS RECEITAS VINCULADAS	86	2.529.708
87 ALIENACAO DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	87	552.463
88 REMUNERACAO DAS DISPONIB. DO TESOURO NACIONAL	88	3.938.634
89 REC.OPER.OF.CRED.- RETORNO REF.DIV.CLUB.PARIS	89	0
90 RECURSOS DIVERSOS	90	10.920.347
92 SALDOS EXERCICIOS ANTERIORES - REC.DO TESOURO	92	0
93 PRODUTO DA APLIC.DOS REC.A CONTA DO SAL.EDUC.	93	780.524
94 DOACOES PARA COMBATE A FOME	94	652
95 DOACOES DE ENTIDADES INTERNACIONAIS	95	69.903
96 DOACOES DE PESSOAS FIS/INSTIT.PUBLE PRIV.NAC	96	-39.958
97 DIVIDENDOS UNIAO	97	1.383.990
98 DESVINCULACAO DE RECURSOS	98	1
99 RECURSOS DO FUNDO DE ESTABILIZACAO FISCAL	99	111.788
TOTAL		498.887.291
FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF		(2/2)

TABELA 4 - DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2014

Lei nº 12.706, de 17 de agosto de 2012 - LDO, art. 38, §10 e §11		R\$ milhares
FUNTE DE RECURSOS		SUPERÁVIT FINANCEIRO
00 RECURSOS ORDINÁRIOS		7.270.807
01 IMPOSTO SRENDIA E SPRODUTOS INDUSTRIALIZADOS		153.332
02 IMPOSTO TERRITORIAL RURAL		209.302
06 CONTR.FUNDO DE SAUDE POL.MIL.BOMBEIROS DO DF		2.557
08 FUNDO SOCIAL-PARC.DEST.EDUCAÇÃO PUBL.E SAÚDE		63.901
11 CONTRIB.DERIV.PETROLEO.COMB.COM. CIDE		2.277.203
12 RECURSOS DEST.A MANUT.E DES.DO ENSINO		(692.136)
13 CONTRIBUICAO DO SALARIO EDUCACAO		344.480
15 CONTRIBUICAO POS PROG.SPECIALS PIN PROTERRA		(33.487)
16 REC. OUTORGA DE DIR.DE USO DE REC. HIDRICOS-ANA		1.116
17 REC.ORIUNDOS CONTR.VOLUNTÁRIAS MONTEPO CIVIL		5.283
18 CONTRIBUIÇÕES SOBRE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS		1.414.976
19 IMPOSTO SOBRE OPERACOES FINANCEIRAS-OURO		6.152
20 CONTR.SIA/REC.FUNDO INVESTIMENTOS REGIONAIS		78.136
22 RENDA LIQUIDA DE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS		18.321
23 CONTRIBUICAO P/ CUSTEIO DE PENSOES MILITARES		61.605
27 CUSTAS E EMOLUMENTOS - PODER JUDICIARIO		603.218
29 RECURSOS DE CONCESSOES E PERMISSOES		2.143.188
30 CONTRIBUICAO P/ DES.DA IND.CINEMAT.NACIONAL		1.218.509
31 SELOS DE CONTROLE.LOJAS FRANCAIS-FUNDAF		(262.773)
32 JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINIST.PELA SRF/SP		1.757.685
33 RECURSOS DO PROG. DE ADM. PATRIM. IMOBILIARIO		100.928
34 COMPENSACOES FINANC.P/UTILIZ.DR REC.HIDRICOS *		1.184.578
35 COTA PARTE ADIC. PRETE.REMOV.MARINHA MERCANTE		416.377
37 COTA PARTE DOS PRECOS DE REAL.DOS COMB.AUTOM.		398
38 COTA PARTE DE COMPENSACOES FINANCEIRAS		-
39 ALIENACAO DE BENS APREENDIDOS		202.292
40 CONTRIBUIÇÕES PARA OS PROGRAMAS PIS/PASEP		2.209.076
41 COMPENSACOES FINANC.P/EXP.DR DE REC.MOBILIARES *		999.142
42 COMPENS.FINANC.P/EXP.DR DE PETR.OU GAS.NATURAL *		37.496.024
43 REFINANCIAMENTO DA DIV.PUBL.MOBIL.FEDERAL		153.307.829
44 TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOIRO NACIONAL		52.098.285
45 REC.PROD.DE PETRÓLEO/GAS NAT.CAMADA PRÉ-SAL		2.464.103
46 OPERACOES DE CREDITO INTERNAS - EM MOEDA		361.904
48 OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS-EM MOEDA		(7.117)
50 RECURSOS NAO FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS		44.062.523
51 CONTR.SOCIAL.SO LUCRO DAS PESSOAS JURIDICAS		904.607
52 RESULTADO DO BACEN		-
53 CONTRIBUICAO PRENCIAM.DA SEGURIDADE SOCIAL		5.791.131
54 RECURSOS DO REGIME GERAL DE PREVID.SOCIAL		(20.282.637)
55 CONTRIB. PROVISORIA S/MOVMETACAO FINANCEIRA		3.784
56 CONTRIBUICAO PLANO SEGURIDADE SOCIAL.SERVIDOR		(370.586)
57 RECEITAS DE HONORARIOS DE ADVOGADOS		77.808
58 MULTAS INCIDENTES S/RECEITAS ADMIN.P/ SRF-MF		530.463
59 REC.OPER. OF.CRED. NET REF.DIV.MED. E L.PRAGOS		166.097
60 RECURSOS DAS OPERACOES OFICIAIS DE CREDITO		4.632.338
62 REFORMA PATRIMONIAL - ALIENACAO DE BENS		16.208
63 REFORMA PATRIMONIAL - PRIVATIZACOES		-
64 OUTROS RECURSOS VINCULADOS		-
67 NOTAS DO TES.NAC. - SÉRIE "P" - MOEDA CORRENTE		132.582
69 CONTRIB.PATRONAL P/PLANO DE SEGURID.SOC.SERV.		20.447
70 RECURSOS DE EMPRESTIMOS COMPULSORIOS		(0)
71 REC.DAS OPER. OF. DE CREDITO RET. DE OC. BEA/BIB		92.137
72 OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONOMICAS		3.398.187
73 REC.DAS OPER. OF. DE CREDITO NET. DE OC. EST.MUN.		1.952.714
74 TX.MUL.P/PODER DE POLICIA E MUL.PROV.PROC.JUD		3.874.284
75 TAXAS POR SERVICOS PUBLICOS		173.005
76 OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS		1.350.326
77 FONTE A CLASSIFICAR		14.795
78 FUNDO DE FISCALIZACAO DAS TELECOMUNICACOES		13.868.831
79 FUNDO DE COMBATE A ERRADICACAO DA PORREZA		1.271
80 RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS		93.402.282
81 RECURSOS DE CONVENIOS		208.982
82 RESTIT. RECURSOS DE CONVENIOS E CONGENERES		721.086
83 PAGAMENTO PELO USO DE RECURSOS HÍDRICOS		(9.361)
84 CONTRIBUIÇÕES S/REMUN.DEV.AO TRABALHADOR-FGTS		5.966.462
85 DESV.PARCIAL DE REC.DA COTA-PARTE COMP.FINAN		-
86 OUTRAS RECEITAS VINCULADAS		2.001.177
87 ALIENACAO DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS		7
88 REMUNERACAO DAS DISPONIB. DO TESOIRO NACIONAL		(2.630.650)
89 REC.OPER. OF.CRED. - RETORNO REF.DIV.CLUB.PARIS		-
90 RECURSOS DIVERSOS **		328.123
92 SALDOS EXERCICIOS ANTERIORES - REC.DO TESOIRO		-
93 PRODUTO DA APLIC.DOS RECA. CONTA DO SAL.EDUC.		739.606
94 DOACOES PARA COMBATE A FOME		4.938
95 DOACOES DE ENTIDADES INTERNACIONAIS		88.263
96 DOACOES DE PESSOAS FIS/INSTIT.PUBLIC PRIV.NAC		(1.104.57)
97 DIVIDENDOS + UNIAO		944.644
98 DESVINCULACAO DE RECURSOS		1
99 RECURSOS DO FUNDO DE ESTABILIZACAO FISCAL		112.687
TOTAL		429.539.313

FONTE: SIAFI - STN/CONTINGENC E STN/COFIN

* Não considera os valores registrados no FNO, FNE e FCO.

** Considera os cancelamentos de RAP em 2015 nas fontes 34, 41 e 42.

TABELA 4 - DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DE RECEITAS VINCULADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015

Lei nº 13.242, de 30 de dezembro de 2015 - LDO, art. 42, §6º, §7º e §8º		R\$ milhares
FONTES DE RECURSOS		SUPERÁVIT FINANCEIRO
00	RECURSOS ORDINÁRIOS	47.283.087
01	IMPOSTO S/RENTA E S/PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	782.809
02	IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	100.775
06	CONTR.FUNDO DE SAÚDE POL.MIL.BOMBEIROS DO DF	12.254
08	FUNDO SOCIAL-PARC.DEST.EDUCAÇÃO PÚBL.E SAÚDE	192.142
09	RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	12
11	CONTRIB.DERIV.PETROLEO.COMB.COM.-CIDE	4.111.377
12	RECURSOS DEST.A MANUT.E DES.DO ENSINO	1.694.759
13	CONTRIBUCAO DO SALARIO-EDUCACAO	-85.312
15	CONTRIBUCAO P/OS PROG.ESPECIAIS-PN-PROTERRA	-88.445
16	REC.OUTORGA DE DIR.DE USO DE REC.HIDRICOS-ANA	6.205
17	REC.ORIUNDOS CONTR.VOLUNTÁRIAS MONTEPIO CIVIL	5.948
18	CONTRIBUCOES SOBRE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS	2.344.074
19	IMPOSTO S/OPERACOES FINANCEIRAS-OURO	5.766
20	CONTR.S/ARREC.FUNDO INVESTIMENTOS REGIONAIS	78.605
22	RENTA LÍQUIDA DE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS	18.324
23	CONTRIBUCAO P/ CUSTEIO DE PENSÕES MILITARES	169.224
27	CUSTAS E EMOLUMENTOS - PODER JUDICIÁRIO	-553.613
29	RECURSOS DE CONCESSOES E PERMISSOES	2.779.531
30	CONTRIBUCAO P/O DES.DA IND.CINEMAT.NACIONAL	1.440.459
31	SELOS DE CONTROLE,LOIAS FRANCAS-FUNDAF	-620.926
32	JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINIST.PELA SRE/SF	669.040
33	RECURSOS DO PROG. DE ADM. PATRIM. IMOBILIAR	120.397
34	COMPENSAOES FINANC.PATILIZ.DE REC.HIDRICOS	741.141
35	COTA-PARTE ADIC. FRETE RENOV.MARINHA MERCANTE	803.362
39	ALIENACAO DE BENS APREENDIDOS	358.219
40	CONTRIBUCOES PARA OS PROGRAMAS PIS/PASEP	1.662.113
41	COMPENSAOES FINANC.P/EXPLOR.DE REC.MINERAIS	1.076.003
42	COMPENS.FINANC.P/EXPL.DE PETR.OU GAS.NATURAL	12.904.243
43	REFINANCIAMENTO DA DIV.PÚBL.MOBIL.FEDERAL	361.424.095
44	TÍTULOS DE RESPONSABILID.DO TESOIRO NACIONAL	64.435.141
45	REC.PROD.DE PETRÓLEO/GÁS NAT.CAMADA PRÉ-SAL	1.333.384
46	OPERACOES DE CREDITO INTERNAS - EM MOEDA	137.161
48	OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS-EM MOEDA	309.138
49	OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS-BENS/SERVICOS	-1.504.173
50	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	40.416.590
51	CONTR.SOCIAL S/O LUCRO DAS PESSOAS JURIDICAS	-7.909.356
52	RESULTADO DO BACEN	53.276.202
53	CONTRIBUCAO P/FINANCIAM.DA SEGURIDADE SOCIAL	-5.720.115
54	RECURSOS DO REGIME GERAL DE PREVID.SOCIAL	-16.151.010
55	CONTRIB. PROVISORIA S/MOVIMENTACAO FINANCEIRA	28.849
56	CONTRIBUCAO PLANO SEGURIDADE SOCIAL SERVIDOR	-113.587
57	RECEITAS DE HONORARIOS DE ADVOGADOS	256.441
58	MULTAS INCIDENTES S/RECEITAS ADMIN. P/ SRE-MF	114.072
59	REC.OPER.OF.CRED.-RET.REF.DIV.MED. E L.PRAZOS	10.392.286
60	RECURSOS DAS OPERACOES OFICIAIS DE CREDITO	4.218.685
62	REFORMA PATRIMONIAL - ALIENACAO DE BENS	43.661
64	TÍTULOS DA DÍVIDA AGRÁRIA	-428.475
66	RECURSOS FINANCEIROS DE APLICACAO VINCULADA	1.876
67	NOTAS DO TES.NAC. - SÉRIE "P" - MOEDA CORRENTE	132.581
69	CONTRIB.PATRONAL P/PLANO DE SEGURID.SOC.SERV.	5.984
71	REC.DAS OPER.OF.DE CREDITO-RET.DI.OC.-BENEFICIÁRIOS	2.456.579
72	OUTRAS CONTRIBUCOES ECONOMICAS	7.022.119
73	REC.DAS OPER.OF.DE CREDITO-RET.DE OC. EST. MUN.	974.113
74	TAXMUL.P/PODER. DE POLICIA E MUL.PROV.PROC.JUD	6.315.456
75	TAXAS POR SERVIÇOS PÚBLICOS	244.906
76	OUTRAS CONTRIBUCOES SOCIAIS	1.621.399
77	FONTE A CLASSIFICAR	24.730.943
78	FUNDO DE FISCALIZACAO DAS TELECOMUNICACOES	5.328.694
79	FUNDO DE COMBATE A ERRADICACAO DA POBREZA	1.741
80	RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	96.703.587
81	RECURSOS DE CONVENIOS	210.369
82	RESTIT. RECURSOS DE CONVENIOS E CONGENIERES	365.393
83	PAGAMENTO PELO USO DE RECURSOS HIDRICOS	-58.910
84	CONTRIBUICOES S/REMUN.DEV.AO TRABALHADOR-FGTS	121.798
86	OUTRAS RECEITAS VINCULADAS	4.460.508
87	ALIENACAO DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	-950
88	REMUNERACAO DAS DISPONIB. DO TESOIRO NACIONAL	3.231.018
90	RECURSOS DIVERSOS	9.249.851
93	PRODUTO DA APLIC.DOS REC.A CONTA DO SAL.EDUC.	1.428.083
94	DOACOES PARA COMBATE A FOME	-3
95	DOACOES DE ENTIDADES INTERNACIONAIS	109.328
96	DOACOES DE PESSOAS FIS/INSTIT.PUBL.E PRIV.NAC	-42.735
97	DIVIDENDOS UNIAO	6.144.357
98	DESINVESTIMENTACAO DE RECURSOS	1
99	RECURSOS DO FUNDO DE ESTABILIZACAO FISCAL	92.881
		752.913.648

Observação:

Há valores no total de R\$ 1.158.949 mil que não foram classificados em nenhuma das fontes e estão em processo de regularização pelas unidades.

FONTE: SIAP1 - STN/CONT/GENF

<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/352657/RREQIav2016.pdf>

TABELA 4 - DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016

Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016 - LDO, art. 44, §6º, §7º e §8º.		R\$ milhares
FONTE DE RECURSOS		SUPERÁVIT FINANCEIRO***
00	RECURSOS ORDINARIOS*	3.853.246
01	IMPOSTO S/RENTA E S/PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	2.631.174
02	IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	133.418
06	CONTR.FUNDO DE SAUDE POL.MIL.BOMBEIROS DO DF	7.535
08	FUNDO SOCIAL-PARC.DEST.EDUCAÇÃO PÚBL.E SAÚDE**	-646.157
11	CONTRIB.DERIV.PETRÓLEO,COMB.COM.-CIDE	5.775.498
12	RECURSOS DEST.A MANUT.E DES.DO ENSINO	4.360.818
13	CONTRIBUICAO DO SALARIO-EDUCACAO	1.252.505
15	CONTRIBUICAO P/OS PROG.ESPECIAIS-PIN-PROTERRA**	-116.578
16	REC.OUTORGA DE DIR.DE USO DE REC.HIDRICOS-ANA	1.881
17	REC.ORIUNDOS CONTR.VOLUNTÁRIAS MONTEPIO CIVIL	6.368
18	CONTRIBUIÇÕES SOBRE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS	795.188
19	IMPOSTO S/OPERACOES FINANCEIRAS-OURO	6.313
20	CONTR.S/ARREC.FUNDO INVESTIMENTOS REGIONAIS	78.621
22	RENTA LIQUIDA DE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS	18.324
23	CONTRIBUICAO P/ CUSTEIO DE PENSOES MILITARES	333.969
27	CUSTAS E EMOLUMENTOS - PODER JUDICIARIO**	-508.147
29	RECURSOS DE CONCESSOES E PERMISSOES*	16.019.785
30	CONTRIBUICAO P/O DES.DA IND.CINEMAT.NACIONAL	1.640.469
31	SELOS DE CONTROLE,LOJAS FRANCAS-FUNDAI***	-560.204
32	JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINIST.PELA SRF/SF	1.013.634
33	RECURSOS DO PROG. DE ADM. PATRIM. IMOBILIARIO	136.211
34	COMPENSACOES FINANC.P/UTILIZ.DE REC.HIDRICOS	568.414
35	COTA-PARTE ADIC. FRETE RENOV.MARINHÁ MERCANTE	867.985
39	ALIENACAO DE BENS APREENDIDOS	463.676
40	CONTRIBUIÇÕES PARA OS PROGRAMAS PIS/PASEP	1.370.358
41	COMPENSACOES FINANC.P/EXPLOR.DE REC.MINERAIS	1.237.274
42	COMPENS.FINANC.P/EXPL.DE PETR.OU GAS.NATURAL	18.272.904
43	REFINANCIAMENTO DA DIV.PÚBL.MOBIL.FEDERAL	466.028.637
44	TÍTULOS DE RESPONSABILID.DO TESOURO NACIONAL	57.559.010
45	REC.PROD.DE PETRÓLEO/GÁS NAT.CAMADA PRÉ-SAL	1.333.384
46	OPERACOES DE CREDITO INTERNAS - EM MOEDA	166.462
48	OPERACOES DE CRÉDITO EXTERNAS-EM MOEDA	312.374
49	OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS-BENS/SERVICOS	-411.030
50	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	42.836.739
51	CONTR.SOCIAL S/O LUCRO DAS PESSOAS JURIDICAS**	-3.154.876
52	RESULTADO DO BACEN	34.797.276
53	CONTRIBUICAO P/FINANCIAM.DA SEGURIDADE SOCIAL**	-15.317.071
54	RECURSOS DO REGIME GERAL DE PREVID.SOCIAL	1.913.390
55	CONTRIB. PROVISORIA S/MOVIMENTACAO FINANCEIRA	32.312
56	CONTRIBUICAO PLANO SEGURIDADE SOCIAL SERVIDOR**	-1.132.025
57	RECEITAS DE HONORARIOS DE ADVOGADOS	92.632
58	MULTAS INCIDENTES S/RECEITAS ADMIN. P/ SRF-MF**	-125.151
59	REC.OPER.OF.CRED.-RET.REF.DIV.MED. E L.PRAZOS	103.493.054
60	RECURSOS DAS OPERACOES OFICIAIS DE CREDITO	7.210.090
62	REFORMA PATRIMONIAL - ALIENACAO DE BENS	56.298
63	REC.PROP.DECOR.ALIEN.BENS E DIR.DO PATR.PÚBLICO	35.667
64	TITULOS DA DIVIDA AGRARIA	-306.740
66	RECURSOS FINANCEIROS DE APLICACAO VINCULADA	19.034
67	NOTAS DO TES.NAC. - SÉRIE "P"- MOEDA CORRENTE	132.581
69	CONTRIB.PATRONAL P/PLANO DE SEGURID.SOC.SERV.**	-2.327.743
71	REC.DAS OPER.OF.DE CREDITO-RET.DE OC.-BEA/BIB	828.240
72	OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONOMICAS	9.527.992
73	REC.DAS OPER.OF.DE CREDITO-RET.DE OC.EST.MUN.	3.024.709
74	TX/MUL.P/PODER DE POLICIA E MUL.PROV.PROC.JUD	9.602.945
75	TAXAS POR SERVICOS PÚBLICOS	327.743
76	OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	3.098.764
77	FONTE A CLASSIFICAR	4.699.768
78	FUNDO DE FISCALIZACAO DAS TELECOMUNICACOES*	8.433.894
79	FUNDO DE COMBATE A ERRADICACAO DA POBREZA	1.863
80	RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	108.798.646
81	RECURSOS DE CONVENIOS	-26.598
82	RESTIT. RECURSOS DE CONVENIOS E CONGENERES	356.376
83	PAGAMENTO PELO USO DE RECURSOS HIDRICOS	168.254
84	CONTRIBUIÇÕES S/REMUN.DEV.AO TRABALHADOR-FGTS	-278.238
86	OUTRAS RECEITAS VINCULADAS	5.971.682
87	ALIENACAO DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	-950
88	REMUNERACAO DAS DISPONIB. DO TESOURO NACIONAL	3.659.363
90	RECURSOS DIVERSOS	20.886.509
93	PRODUTO DA APLIC.DOS REC.A CONTA DO SAL.EDUC.	1.684.749
94	DOACOES PARA COMBATE A FOME	157
95	DOACOES DE ENTIDADES INTERNACIONAIS	108.077
96	DOACOES DE PESSOAS FIS/INSTIT.PUBL.E PRIV.NAC	-11.487
97	DIVIDENDOS UNIAO	1.158.983
99	RECURSOS DO FUNDO DE ESTABILIZACAO FISCAL	92.880
		934.373.109

Observações:

As fontes 77 e 90 não são fontes para alocação orçamentária.

processo de alocação orçamentária.

alocação orçamentária.

valores foram colocados nas fontes correspondentes, a saber, Recursos Ordinários (00), no valor de R\$ 188 mil, Fonte a Classificar (77), no

FONTE: STN/COFIN

Página (2/2)

TABELA 5 - DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

Lei nº 13.473, de 08 de agosto de 2017 - LDO, art. 44, §6º, §7º e §8º.		R\$ milhares
FONTE DE RECURSOS		SUPERÁVIT FINANCEIRO
00	RECURSOS ORDINARIOS *	24.055.314
01	IMPOSTO S/RENTA E S/PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	2.362.122
02	IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	272.072
06	CONTR.FUNDO DE SAUDE POL.MIL.BOMBEIROS DO DF	9.937
07	OUTRAS COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS	309.413
08	FUNDO SOCIAL-PARC.DEST.EDUCAÇÃO PÚBL.E SAÚDE	818.220
11	CONTRIB.DERIV.PETROLEO.COMB.COM.-CIDE	6.046.443
12	RECURSOS DEST.A MANUT.E DES.DO ENSINO	2.413.936
13	CONTRIBUICAO DO SALARIO-EDUCACAO	2.930.777
15	CONTRIBUICAO P/OS PROG.ESPECIAIS-PIN-PROTERRA	-116.512
16	REC.OUTORGA DE DIR.DE USO DE REC.HIDRICOS-ANA	-955
17	REC.ORIUNDOS CONTR.VOLUNTÁRIAS MONTEPIO CIVIL	6.688
18	CONTRIBUICOES SOBRE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS	806.219
19	IMPOSTO S/OPERACOES FINANCEIRAS-OURO	7.090
20	CONTR.S/ARREC.FUNDO INVESTIMENTOS REGIONAIS	86.750
22	RENTA LIQUIDA DE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS	18.324
23	CONTRIBUICAO P/ CUSTEIO DE PENSOES MILITARES	461.627
27	CUSTAS E EMOLUMENTOS - PODER JUDICIARIO	-378.686
29	RECURSOS DE CONCESSOES E PERMISSOES*	34.478.820
30	CONTRIBUICAO P/O DES.DA IND.CINEMAT.NACIONAL	1.858.895
31	SELOS DE CONTROLE,LOJAS FRANCAS-FUNDAF	-469.713
32	RECURSOS DESTINADOS AO FUNDAF	18.911.589
33	RECURSOS DO PROG. DE ADM. PATRIM. IMOBILIARIO	150.260
34	COMPENSAOES FINANC.P/UTILIZ.DE REC.HIDRICOS	826.446
35	COTA-PARTE ADIC. FRETE RENOV.MARINHA MERCANTE	1.748.642
36	REC.VINC.APLIC.EM OUTRAS POLITICAS PUBLICAS	236.180
39	ALIENACAO DE BENS APREENDIDOS	766.670
40	CONTRIBUICOES PARA OS PROGRAMAS PIS/PASEP	5.803.272
41	COMPENSAOES FINANC.P/EXPLOR.DE REC.MINERAIS	1.633.130
42	COMPENS.FINANC.P/EXPL.DE PETR.OU GAS.NATURAL	27.032.329
43	REFINANCIAMENTO DA DIV.PÚBL.MOBIL.FEDERAL	519.429.478
44	TÍTULOS DE RESPONSABILID.DO TESOURO NACIONAL	67.043.246
45	REC.PROD.DE PETRÓLEO/GÁS NAT.CAMADA PRÉ-SAL	1.333.384
46	OPERACOES DE CREDITO INTERNAS - EM MOEDA	276.742
48	OPERACOES DE CRÉDITO EXTERNAS-EM MOEDA	311.737
49	OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS-BENS/SERVICOS	-196.352
50	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	46.527.045
51	CONTR.SOCIAL S/O LUCRO DAS PESSOAS JURIDICAS	-5.742.204
53	CONTRIBUICAO P/FINANCIAM.DA SEGURIDADE SOCIAL	-12.715.568
54	RECURSOS DO REGIME GERAL DE PREVID.SOCIAL	-1.347.739
55	CONTRIB. PROVISORIA S/MOVIMENTACAO FINANCEIRA	27.873
56	CONTRIBUICAO PLANO SEGURIDADE SOCIAL SERVIDOR	-1.746.299
57	RECEITAS DE HONORARIOS DE ADVOGADOS	783.830
58	MULTAS INCIDENTES S/RECEITAS ADMIN. P/ SRF-MF	693.420
59	REC.OPER.OF.CRED.-RET.REF.DIV.MED. E L.PRAZOS	11.950.383
60	RECURSOS DAS OPERACOES OFICIAIS DE CREDITO	7.428.785
62	REFORMA PATRIMONIAL - ALIENACAO DE BENS	62.848
63	REC.PROP.DECOR.ALIEN.BENS E DIR.DO PATR.PÚBLICO	230.530
64	TITULOS DA DIVIDA AGRARIA**	2.222.202
66	RECURSOS FINANCEIROS DE APLICACAO VINCULADA	69.805
67	NOTAS DO TES.NAC. - SERIE "P" - MOEDA CORRENTE	132.581
69	CONTRIB.PATRONAL P/PLANO DE SEGURID.SOC.SERV.	-3.613.926
71	REC.DAS OPER.OF.DE CREDITO-RET.DE OC.-BEA/BIB	154.035
72	OUTRAS CONTRIBUICOES ECONOMICAS	12.481.953
73	REC.DAS OPER.OF.DE CREDITO-RET.DE OC.EST.MUN.	4.069.814
74	TX/MUL.P/PODER DE POLICIA E MUL.PROV.PROC.JUD	12.671.737
75	TAXAS POR SERVICOS PUBLICOS	331.818
76	OUTRAS CONTRIBUICOES SOCIAIS	4.346.341
78	FUNDO DE FISCALIZACAO DAS TELECOMUNICACOES *	10.623.381
79	FUNDO DE COMBATE A ERRADICACAO DA POBREZA	8.028
80	RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	135.487.812
81	RECURSOS DE CONVENIOS	242.604
83	PAGAMENTO PELO USO DE RECURSOS HIDRICOS	106.118
86	OUTRAS RECEITAS VINCULADAS	7.492.301
87	ALIENACAO DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	7
88	REMUNERACAO DAS DISPONIB. DO TESOURO NACIONAL	-7.867.439
93	PRODUTO DA APLIC.DOS REC.A CONTA DO SAL.EDUC.	1.693.630
94	DOACOES PARA COMBATE A FOME	141
95	DOACOES DE ENTIDADES INTERNACIONAIS	123.370
96	DOACOES DE PESSOAS FIS/INSTIT.PUBL.E PRIV.NAC	-31.189
97	DIVIDENDOS UNIAO	798.245
99	RECURSOS DO FUNDO DE ESTABILIZACAO FISCAL	92.880
Superávit Financeiro para fins de que trata o art. 43, § 1º inciso I da Lei 4.320/64		949.072.688
77	FONTE A CLASSIFICAR	-1.332.329
90	RECURSOS DIVERSOS	29.862.603
Superávit Financeiro para efeito de comparação com o Balanço Patrimonial		977.602.962

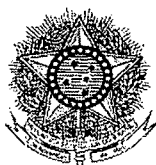
Observações:

FONTE: SIAFI - STN/COFIN

As fontes 77 e 90 não são fontes para alocação orçamentária.

* A parcela do superávit financeiro pertencente ao Tesouro Nacional nas fontes 00, 29 e 78 deverá, preferencialmente, ser remanejada para fins de cumprimento do Art. 167, Inciso-III, da Constituição Federal e artigo 42 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, conforme recomendação

** O superávit apurado na fonte 64 somente poderá ser utilizado para abertura de créditos adicionais, nos termos do §6º, do art. 44 da LDO 2018, após certificação da existência dos correspondentes ativos financeiros pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
PRIMEIRA-SECRETARIA

Ofício 1ªSec/RI/II/nº 2415/18

Brasília, 27 de julho de 2018.

Exmo. Senhor Deputado

ROBERTO DE LUCENA

Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle

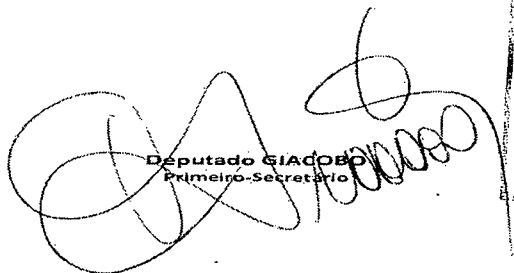
Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 161/163

Assunto: **resposta a Requerimento de Informação**

Senhor Deputado,

Encaminho a Vossa Excelência cópia do Aviso nº 129/MF, 24 de julho de 2018, do Ministério da Fazenda, em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3.575 /2018**, de autoria dessa Comissão.

Atenciosamente,


Deputado GIACOMO
Primeiro-Secretário

RECEBI NESTA DATA A PRESENTE DOCUMENTAÇÃO EM 30 / 07 / 18 Nome por extenso e legível: Giacomo 7419
--

